



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 468 - DE 08 A 22 DE DEZEMBRO DE 2013 - R\$ 3,00

Morre Mandela, o arquiteto da submissão da população negra à burguesia branca pela via da democracia burguesa. Morre Mandela, permanece África do Sul, paraíso dos milionários brancos e inferno da maioria negra. Morre Mandela, o imperialismo o reverencia como gigante da conciliação pró-capitalista. Morre Mandela, leva para o túmulo o fracasso de seu ideal pequeno-burguês de “uma sociedade livre e democrática”.

Disputa interburguesa acirra denúncias de corrupção
Somente um Tribunal Popular poderá
apurar e punir os crimes dos partidos burgueses

Acordo Estados Unidos-Irã
para limitar e controlar
o projeto nuclear iraniano:
Não se alteraram as
tendências bélicas

Luta estudantil na USP:
a real democracia universitária
depende da constituição de um
governo tripartite subordinado
à assembleia geral universitária

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Morre Mandela, o arquiteto da submissão da população negra à burguesia branca pela via da democracia burguesa.

Morre Mandela, permanece África do Sul, paraíso dos milionários brancos e inferno da maioria negra.

Morre Mandela, o imperialismo o reverencia como gigante da conciliação pró-capitalista.

Morre Mandela, leva para o túmulo o fracasso de seu ideal pequeno-burguês de “uma sociedade livre e democrática”.

Os capitalistas - donos das terras, das fábricas, dos bancos e do comércio - tudo farão para que as massas negras oprimidas por séculos não descubram que Mandela, de inflexível opositor ao apartheid burguês, se transformou em administrador dos interesses da mesma classe de exploradores que impuseram o odioso regime racial. O imperialismo e a burguesia sul-africana explorarão ao máximo o espírito de sacrifício do líder do CNA, os 27 anos de prisão e a sua grandeza em não cultivar o ódio contra os opressores.

O passado revolucionário e do militante Mandela duramente perseguido serviu à remoção negociada do regime do apartheid. Hoje, seu passado vale ouro à burguesia e ao imperialismo para manter nas trevas a consciência dos operários, dos camponeses e das massas populares que formam a maioria nacional oprimida.

A experiência dos explorados negros com o fim do regime do apartheid, no entanto, está mostrando que se mudaram apenas aspectos da forma de dominação da burguesia branca - o conteúdo da opressão de classe é o mesmo. Sob o governo de Mandela, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres. Sob o governo de Mandela, o racismo permaneceu adaptado às novas circunstâncias da luta de classes. Sob o governo de Man-

dela, as massas continuaram pisoteadas pela burguesia e alta classe média branca.

Os explorados africanos têm pela frente a tarefa de se emancipar da política pró-capitalista e pró-imperialista encarnada pelo governo de Mandela e de seus sucessores. É chegada a hora de construir o partido marxista-leninista-trotskista, como parte do objetivo de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Os explorados e oprimidos sul-africanos que arcam com a brutal exploração capitalista e com o racismo burguês cedo ou tarde descobrirão que a via de sua emancipação está na luta pelo programa da revolução e ditadura proletárias.

Os explorados compreenderão que somente a transformação socialista da África do Sul, como parte da luta internacional do proletariado pela sociedade comunista, porá fim à fome, à miséria, à mortandade e ao racismo.

Os explorados sob a política do proletariado revolucionário tomará em suas mãos as tarefas democráticas que a burguesia e seus agentes não cumpriram.

Viva a luta da classe operária sul-africana pela derrocada do capitalismo e de toda sorte de discriminação racial.

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

Disputa interburguesa acirra as denúncias de corrupção

Somente um Tribunal Popular poderá apurar e punir os crimes dos partidos burgueses

No mesmo instante em que praticamente se encerrou o julgamento do mensalão e começaram as prisões, explodiram as denúncias de corrupção no governo do estado de São Paulo, comandado pelo PSDB. O mesmo se passou com os escândalos dos fiscais da prefeitura, que recém passou a ser administrada pelo PT.

Nota-se que as quadrilhas que comandam o Estado se movimentam em função das eleições em meados de 2014. Todos os partidos da ordem, sem exceção, estão vinculados a grupos empresariais e à máfia dos lobistas. As denúncias e escândalos de corrupção são uma arma que os partidos da burguesia não têm como deixar de utilizar. Onde todos têm seus pecados e disputam entre si o poder é inevitável o uso das denúncias.

Os aparatos do Estado (Judiciário, Legislativo e Polícia) estão sob a influência dos partidos dominantes e das corporações empresariais. Movimentam-se assim segundo as pressões da conjuntura política e econômica. O processo do mensalão é o exemplo mais relevante da situação. Ministério Público, Supremo Tribunal Federal, imprensa e partidos de oposição agiram como uma só força para que o mensalão fosse apresentado como o maior e mais representativo julgamento da história republicana em defesa dos princípios da moralidade e dos bens públicos.

E por quê? Porque o PT não é um partido orgânico da burguesia, como o é o PSDB, DEM, PMDB, etc. O fato de ter se colocado inteiramente a serviço da burguesia e da manutenção do capitalismo não eliminou sua origem pequeno-burguesa, assentada na classe operária. O aparato estatal nunca se movimentou para expor as quadrilhas vinculadas aos grandes partidos oficiais. O máximo que se fez foi processar individualmente alguns facínoras, que, via de regra, se livraram das imputações. Sobre um enorme número de parlamentares que estão no exercício do poder pesam sérias acusações. Nada acontece. Assim funciona a política burguesa na época de decomposição do capitalismo e da classe dominante.

O mensalão, distintamente, se caracterizou por julgar um conjunto de acusados e um partido, o PT. Várias foram as condenações (empresários e parlamentares de partidos aliados), mas a prisão de José Dirceu (estrategista, ex-ministro da Casa Civil de Lula, ex-parlamentar e ex-líder preso político da ditadura militar), José Genoíno (auxiliar do estrategista, ex-presidente do PT, parlamentar por várias legislaturas, ex-estalinista do PCdoB, ex-integrante da Guerrilha do Araguaia) e Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT e amigo íntimo de Lula) deu o conteúdo político.

Esse monumental envolvimento do aparato do Estado e da imprensa não ocorreu quando se revelou o mensalão do PSDB mineiro, do qual o PT se valeu. Não se apurou a rede na qual estava envolvido Eduardo Azeredo (ex-governador de Minas, ex-presidente do PSDB e parlamentar de várias legislaturas).

Agora, a descoberta do cartel das multinacionais (Siemens, Alston, etc.) que superfaturou as obras do metrô pôs à luz do dia a cara de grandes figuras do PSDB paulista. Três governadores implicados (o falecido Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos considerados as santidades da moralidade) e

duas figuras estrategistas (secretário-estadual do governo de Alckmin, José Aníbal e senador Aloysio Nunes Ferreira). Menos conhecidos são os acusados de atuar como agentes do cartel Jurandir Fernandes (secretário dos Transportes) e Rodrigo Garcia (Secretário do Desenvolvimento Econômico). Está mais do que exposta a quadrilha do PSDB.

A imprensa tem dado publicidade como noticiário, mas evita caracterizar as vantagens dadas ao cartel e a propina recebida como crimes de quadrilha e exigir processo e condenação, como fez com o mensalão do PT.

Que força política poderia tornar a bandalheira do PSDB em mais um novo julgamento da história republicana? Não há. Quem deseja colocar na cadeia os figurões do PSDB? Talvez alguns petistas irados com as pressões da oposição para que o Supremo fizesse bom uso da Ação Penal 470.

É natural que os crimes de corrupção política não sejam apurados até suas raízes. Nelas estão as relações econômicas e de classes sociais. Caso se fosse consequente na apuração do mensalão se mostraria que o PT foi assimilado por grupos econômicos muito mais amplos que os implicados no esquema mineiro (montado pelo PSDB). Lula está implicado tanto quanto Dirceu, Genoíno e Delúbio. Mesmo no caso de o Supremo julgar o PT, agiu seletivamente. No caso do PSDB, não chegará a tanto. Já se criou um imbróglio político com o ministro da Justiça e responsável pela Polícia Federal, José Eduardo Cardozo (PT), de forma a diluir os crimes do PSDB na contenda eleitoral.

O fundamento é esse: *os crimes da burguesia e de seus agentes (partidos, etc.) não são apurados até o fim e não são punidos na extensão que exponha seu conteúdo de classe.* A crítica jornalística sobre a impunidade e a necessidade de a Justiça agir com os valores democráticos e republicanos é cínica. O cinismo burguês e pequeno-burguês tem a função de ocultar a raiz de classe dos crimes praticados pelos partidos da ordem.

Em se tratando de crimes que ocorrem no seio da política burguesa, a resposta somente pode ser dada pela classe que deles não partilha e que sofre as consequências sociais. Essa classe é o proletariado. Certamente, não se restringe a ele. Os camponeses pobres e as camadas médias oprimidas também podem se colocar revolucionariamente diante dos crimes da burguesia. Mas é do proletariado que parte a resposta de classe.

Trata-se de lutar pela constituição de um **TRIBUNAL POPULAR**. Trata-se, portanto, de um poder da maioria explorada contraposto às instituições do Estado burguês. Se as gigantescas mobilizações de julho tivessem se concentrado em pôr em pé um **Tribunal Popular**, a situação política seria outra. Os explorados estariam voltados contra os crimes dos partidos da burguesia e de seus governos. E estariam empunhando suas reivindicações em contraposição a todo aparato que as prendem à política patronal. É claro que as massas, estando sob a direção de forças pró-capitalistas, não têm como gestar em seu seio o **Tribunal Popular**. O que exige que a militância classista faça a defesa da política proletária e lute por criar uma direção revolucionária.

Polêmica sobre privilégios dos petistas

José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares se consideram presos políticos, mas não se comportam como tal. Ou talvez sejam presos políticos especiais.

Genoíno correu a se utilizar do problema cardíaco para pedir que a pena seja cumprida em casa. Dirceu encontrou um anjo da guarda que lhe garantiu um emprego de gestor do hotel Saint Peter em Brasília, com carteira assinada e salário de R\$ 20 mil (depois recusado demagogicamente).

Sabendo que ia ser preso, Genoíno solicitou a aposentadoria integral por invalidez. Já tem garantida a aposentadoria parcial de R\$ 20 mil. Pretende elevá-la para R\$ 26, 7 mil, segundo cálculos publicados pela imprensa.

Delúbio Soares, que não ascendeu ao posto de parlamentar e cumpria um posto subalterno no PT, recebeu a oferta de trabalho na CUT, com o salário de R\$ 4 mil.

Os empregos lhes possibilitam cumprir as normas do regime semiaberto. Essas ofertas e a demanda de Genoíno pela aposentadoria chegaram aos ouvidos dos adversários do PT como um presente do céu. Os conhecidos defensores da igualdade e críticos dos privilégios da elite, agora, clamam por vantagens e diferenciações. A direita se dá o prazer de bromar com os petistas que têm no currículo centenas de declarações em favor do “socialismo”, de uma “sociedade igualitária” e “justa”.

Trata-se evidentemente de um ataque de hipócritas. A sociedade de classe (capitalismo) é movida por discriminações de toda sorte. Mas quem as cria é a burguesia e seus agentes institucionais. Os milhões que ganham salário de fome, que correm diuturnamente pelo prato de comida, que estão sujeitos à vontade do patrão e que não tiveram a sorte de nascer no berço de ouro são os que sofrem a brutal discriminação.

Ao se comparar a situação dos petistas recolhidos no sistema prisional de Papuda, imediatamente se notou que se tratava de detentos distintos, com um batalhão de defensores, tratados em melhores condições que os milhares de presos amontoados em cubículos e muitos sofrendo a flagrante violação de direitos elementares garantidos em lei.

Não é desconhecido de ninguém que os ricos são diferentes dos pobres em qualquer lugar, não seria diferente diante da Justiça. Não se pode dizer que Dirceu, Genoíno e Delúbio fazem parte da casta burguesa e também não são tão ricos. Ganharam a vida como políticos e angariaram influências, usando o PT e o poder do Estado, principalmente Dirceu e Genoíno. Essa via os colocou como políticos da burguesia, embora tenham muitos desafetos e terríveis adversários burgueses. Mas tais antagonismos são inerentes à classe capitalista e ao Estado.

A direita que tripudia alegremente a queda dos petistas e os acusa de fazer o contrário do que apregoaram no passado, porém, não pode explicar as razões de classe que os levaram a descer nos degraus mais baixos da política burguesa e de suas vidas pessoais.

Apenas a classe operária, os pobres e oprimidos podem condenar os pequeno-burgueses de aspirarem ascender ao paraíso da burguesia e de se corromperem em nome da igualdade e da justiça. Nenhum burguês ou pequeno-burguês metido a socialista pode atirar a primeira pedra. Mas os explorados e seu partido revolucionário em construção, sim, podem e devem se valer da capitulação dos petistas para tirar lições. Qualquer partido que não empunhe o programa da revolução proletária é líquido e certo que se afundará na podridão da política burguesa.

Renúncia de José Genoíno

O PT guardou na manga a carta de renúncia de Genoíno. Serviria

para o caso dos petistas não conseguirem protelar o processo de cassação de seu mandato. Não havia como os aliados seguirem o desejo dos parlamentares do PT.

Genoíno precisava de alguns meses para ter a sua aposentadoria integral validada. Deixaria a vida parlamentar como inválido. Para ele, melhor assim do que ser cassado e receber R\$ 20 mil em vez de R\$ 26 mil. Na iminência de ter de se submeter à cassação, autorizou seus correligionários a apresentar a carta de renúncia.

A justificativa de que não queria ter em sua história a pecha de parlamentar cassado e de ser ainda mais exposto expressa a estatura a que foi reduzido o imponente ex-estalinista. Preso e cassado por corrupção, uma desventura que jamais poderia imaginar o sobranceiro petista.

Da prisão Genoíno não pôde se livrar, mas da cassação sim. Recorreu a uma prerrogativa dos parlamentares corruptos – a renúncia.

Nas garras da democracia burguesa

Os petistas batem no peito a glória de terem lutado pela democracia e pelo regime republicano. Enfrentaram as armas da ditadura para reaver as eleições diretas, o funcionamento do Congresso Nacional e a independência entre os poderes. Empréstaram à democracia o valor universal, como se fosse possível existir e funcionar por cima das classes sociais e a despeito do poder econômico. Meteram-se fundo na tarefa de democratizar o Estado. E acabaram chafurdando nas relações de poder da classe capitalista.

Reclamam que foram condenados sem provas. Gritam que são inocentes. Rejeitam a acusação de corruptos. Queimam-se na democracia burguesa que não tem nada de universal e que tanto bajularam.

Congresso do PT promete desagravo aos seus presos

O 5º Congresso, a ser realizado na semana de 12 a 14 de dezembro, terá um momento dedicado à defesa dos petistas. Segundo a imprensa, a executiva preparou um ato intitulado “Solidariedade aos companheiros injustiçados”. Decidiu que não se fará o desagravo na abertura do Congresso, que contará com a presença de Lula e Dilma. Assim, se evitará dar um caráter governamental.

Esse cuidado é compreensível. O PT e o governo não saíram em defesa dos processados e condenados. Apenas a corrente “O Trabalho” se empenhou em acusar a arbitrariedade do Supremo e a ofensiva da direita contra o PT. A posição dos lambertistas se mostrou quixotesca diante da atitude dos próprios condenados, do PT e de Dilma.

Tornou-se pública a queixa de José Dirceu sobre a atitude passiva de Lula. O caudilho com seu pragmatismo achou conveniente deixar os condenados a mercê dos lobos, assim livraria sua própria pele e isolaria o PT da responsabilidade de defender aqueles que foram crucificados como corruptos. A reclamação de Dirceu não foi em vão. Lula resolveu fazer um discurso em defesa da aplicação exata da pena de regime semiaberto. Não disse um “a” contra as arbitrariedades do Supremo e as provocações de Joaquim Barbosa.

Finalmente, a direção do PT resolveu fazer um desagravo formal e inócuo depois da repercussão política das prisões. Quando das eleições internas para formar as direções nacional, estadual e municipal do PT, a corrente majoritária comandada por Lula deixou de fora os implicados no mensalão. Foi um gesto de reconhecimento e de respeito ao Supremo e uma forma de desvincular o partido do julgamento do mensalão. O ato que será realizado pelos congressistas está envolto por essa postura servil da democracia burguesa do PT.

Paraíba – Partidos da burguesia se preparam para a disputa eleitoral

Construir o Partido Revolucionário no estado

A menos de um ano das eleições para presidente e governador, intensificam-se as articulações partidárias. O PMDB saiu na frente com a pré-candidatura do ex-prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego, um dos componentes desta família oligárquica que se reveza no poder, em várias esferas, há décadas. Provavelmente se coligará com o PTC, PTN e PR. Luciano Agra, ex-prefeito de João Pessoa, responsável pela articulação que levou o PT à prefeitura da capital, é cotado para ser vice de Veneziano.

Formou-se um bloco entre PT, PP e PSC, cujo candidato provavelmente será Agnaldo Ribeiro, atual ministro das cidades, conhecido por suas roubalheiras. Agnaldo é da oligarquia dos Ribeiro, oriunda dos coronéis da indústria canavieira, família que abriga os mandantes do assassinato de sindicalistas no campo, como Margareta Maria Alves, em 1983.

Dilma e Lula se reuniram com o presidente do PMDB para tratar dos palanques nos estados. Não conseguiram unificar as candidaturas, mas procuram firmar ao menos um compromisso para que tanto o palanque de Agnaldo como o de Veneziano sirvam à reeleição de Dilma. Assim, estas duas pré-candidaturas mantêm uma relação amistosa, indicando que as únicas alianças que não aceitarão serão com o PSB de Coutinho, o PSD de Rômulo Gouveia e o PSDB de Cunha Lima, sinalizando que as várias candidaturas ajudarão a criar um segundo turno em que estes grupos devem se fundir.

Ricardo Coutinho, atual governador pelo PSB, provavelmente tentará a reeleição. A rejeição a seu nome pode ser revertida com o uso da máquina estatal e também depende da projeção que Eduardo Campos e Marina Silva, do mesmo partido, possam conquistar. Apesar das falas do governador de que a aliança com o PSDB está firme e deve ser repetida em 2014, os tucanos indicam que terão candidatura própria. Cássio Cunha Lima, seu nome mais forte, foi beneficiado pela interpretação do TSE de que o candidato que teve sua inelegibilidade por conta da Lei da Ficha Limpa terá sua punição expirada antes do dia das eleições, podendo disputá-las, mesmo que no momento da inscrição ainda esteja enquadrado. A Ficha Suja passará a ser Ficha Limpa em um passe de mágica.

O governo do ex-sindicalista e ex-militante do PT, Ricardo Coutinho, tem sido de duros ataques aos trabalhadores. Fechou 233 escolas estaduais, avançou na privatização da saúde, dos terminais rodoviários, arrochou os salários dos servidores e tenta aprovar mordanças que os impeçam de exercerem seus direitos democráticos à liberdade de expressão e organização. Na sequência dos protestos de junho, aprovou um Código de Ética, publicado no Diário Oficial, em que proíbe os servidores, mesmo fora do expediente, de participar de qualquer ato político ou de adotar postura a favor ou contra qualquer candidato ou partido. Seu governo, ao mesmo tempo em que acomodou em cargos comissionados, setores das burocracias dos movimentos camponês, sindical e da juventude, enfrentou diversos protestos. Sob uma direção comprometida com o governo, o movimento não se centralizou, fragmentou-se e não teve força suficiente para arrancar as reivindicações.

Problemas dos oprimidos não serão resolvidos com eleições

Na disputa eleitoral, não está em questão a solução dos graves

problemas sofridos pela população paraibana, mas sim a decisão de quem vai controlar a chave do cofre dos recursos públicos, em benefício próprio e dos grupos de capitalistas que representam. Será definido também quem vai manejar o chicote que estalará nas costas dos oprimidos do campo e da cidade.

Sob a briga de candidaturas, revela-se a estrutura oligárquica do estado, herança da formação social no Brasil, em que a limitada democracia burguesa já foi desfigurada no nascedouro, quando o poder da oligarquia latifundiário-exportadora se alinhou com a metrópole, com o imperialismo na passagem da condição colonial para semicolonial. Na Paraíba, a oligarquização da política é evidente e o alinhamento do PT com os Ribeiro, do PP, mostra que este partido que prometia acabar com as “elites” e democratizar o Estado burguês, virou instrumento dos herdeiros dos coronéis.

Do ponto de vista econômico, mantém-se o atraso. O PIB da Paraíba corresponde a apenas 0,9% do nacional, a renda média per capita é de R\$7.618. Da população ocupada, 64% vive na informalidade. Em uma população de 3,7 milhões, há um déficit habitacional de 111 mil domicílios e só metade dos habitantes tem acesso à rede de esgoto. O analfabetismo permanece altíssimo, 23,4% dos adultos não sabem ler nem escrever e o analfabetismo funcional atinge 40%.

Outro grave problema enfrentado pelos operários e, sobretudo pelos camponeses pobres, é a seca. Cerca de 1,2 milhão de pessoas dependem de carros-pipa e de poços perfurados e 298 mil famílias recebem cestas básicas do governo federal. Entre 2011 e 2012, o rebanho bovino reduziu-se em 28,6% e a produção de leite caiu 39,9%. Ainda não há dados sobre 2013, mas neste ano a seca foi ainda pior, dizimando mais animais, plantações e trazendo sofrimento para o povo do interior. O governo de Coutinho atuou de forma limitada com distribuição de ração para alguns e venda de milho subsidiado, levando a protestos dos produtores, que trouxeram para as cidades diversas carcaças de animais.

Mais uma vez, velhas caras se revezarão nas tevês e palanques com mil promessas. Os partidos da frente de esquerda, que nas últimas eleições municipais saíram separados aqui, não apontam nenhum caminho de independência de classe. Não há informações sobre como pretendem atuar em 2014. O PCO provavelmente lançará seus candidatos, com denúncias ao capitalismo, mas sem apontar que as eleições são o campo da burguesia e que as massas devem resolver seus problemas por meio da revolução e ditadura proletárias, com o governo operário e camponês.

Faz falta a construção do Partido Operário Revolucionário no Estado. É preciso dizer com clareza que o atraso do Nordeste se explica por uma lei de funcionamento do capitalismo, o atraso é cultivado e mantido pelas oligarquias, pela burguesia nacional e pelo imperialismo, sua superação será parte da libertação das forças produtivas contidas, processo que acompanhará a revolução socialista que expropriará os meios de produção e transformará a propriedade privada dos latifúndios e indústrias em propriedade coletiva. Continuaremos avançando na tarefa de por em pé o POR no estado, contribuindo para a organização dos trabalhadores e vinculando as reivindicações mais sentidas com a necessidade de por fim a este regime de exploração.

Rondônia – Programa Nacional de Crédito Fundiário do governo Dilma/PT

O PNCF aniquila a luta dos camponeses pela terra

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é um programa do governo federal que financia a compra de terras de forma complementar aos programas de Reforma Agrária. Segundo o governo, o objetivo do Programa é contribuir para a redução da pobreza rural e melhorar a qualidade de vida das famílias, mediante o acesso à terra por meio do financiamento e do aumento da renda. Mas, as experiências nos mostram que tal medida só serve para endividar o camponês, desmobilizar os movimentos no campo, perder cada vez mais as condições de se sustentar pelo uso da terra e expulsar as famílias camponesas, conforme os interesses dos capitalistas.

Em Rondônia, nos últimos meses do ano de 2013, o Crédito Fundiário tem sido alvo de grande revolta entre os camponeses que buscam desesperadamente um pedaço de terra para poder sustentar a sua família. Os sem-terra e os pequenos proprietários miseráveis sabem perfeitamente que não vão conquistar a terra por meio de dívidas e de dependência ao governo. A luta pela expulsão dos latifundiários e pela posse da terra não pode ser desviada para um Programa de compra e venda.

No entanto, no estado, essa medida governamental está sendo encabeçada pela Fetagro (Federação dos Trabalhadores de Rondônia), que tem como liderança política o deputado Federal Padre Tom (PT). É nos bem conhecido seu carreirismo na política burguesa. Foi prefeito na cidade de Alto Alegre dos Parecis, área conhecida no estado como Zona da Mata, que tem servido de reduto eleitoral, com forte apoio dos camponeses. O padre Tom pleiteia, no momento, a candidatura para governo do estado de Rondônia. Sempre teve apoio das lideranças corruptas dos movimentos camponeses. Certamente, o PNCF será um instrumento de campanha eleitoral entre os pobres do campo.

No início do mês de julho, por influência dos sindicatos e da Fetagro, controlados pelo deputado federal Padre Tom, iniciou-se um processo de inscrição com o objetivo de cadastrar no PNCF 200 famílias. No mesmo mês, conseguiu-se atingir o objetivo. Em seguida, surgiu a proposta de comprar uma única área de terra de um grande latifundiário, cuja propriedade já havia sido alvo de ocupações por parte dos camponeses, que ocuparam espontaneamente a terra. Nessa mesma área ocorreram assassinatos e violentas reintegrações de posse pelo aparelho repressivo do Estado, a serviço dos grandes proprietários. No mês de setembro, os técnicos da EMATER, órgão responsável pela fiscalização da propriedade, deu parecer desfavorável, alegando que as terras dessa região são improdutivas e encontraram vários problemas com a documentação da referida propriedade. Como se vê, PNCF e seus defensores, como o padre Tom, estavam servindo a negociatas.

No final do mês de setembro, a camarilha do PT, liderada como sempre pelo deputado federal Padre Tom, resolveu migrar para o município de Alto Alegre, que faz parte da mesma organização do movimento camponês, assegurando-lhe que

nesta região as terras são produtivas. Vale lembrar ainda que neste município é que o mesmo iniciou a sua carreira política, ou seja, formou seu reduto eleitoral. Por sua vez, os sindicatos da FETAGRO têm grande interesse em implantar a sua política eleitoreira. Até o momento, eles não conseguiram firmar sua política devido à resistência por parte dos movimentos sociais (MPA/MST).

Com a finalidade de firmar a referida política, atraindo os camponeses para aceitarem o Crédito Fundiário, foi realizado um encontro, no dia 16 de setembro, onde se reuniram aproximadamente duzentos camponeses, contando com a presença do delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Genair Capeline, o deputado federal Padre Tom (PT) e lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O objetivo foi o de enaltecer os “pontos positivos” do programa do Crédito Fundiário da presidenta Dilma. Parte das lideranças locais do MPA é contra esse Programa. Alertou os camponeses que o governo e seus lacaios estão montando uma farsa, cujo objetivo primordial é o de desmobilizar o movimento camponês, endividar cada vez mais o pequeno produtor e destruir definitivamente a luta pela terra no país.

A Corrente Proletária Estudantil e da Juventude camponesa (CPE e CPJ) denunciou a armadilha do governo federal, do MDA e da burocracia local do estado e do município, mostrando que a curto ou longo prazo os camponeses pobres e a classe operária e explorados em geral sentirão as consequências do Programa burguês de endividamento dos camponeses e de proteção à propriedade latifundiária.

A CPE e CPJ conclamam a juventude camponesa, os trabalhadores do Movimento dos Pequenos Produtores (MPA), estudantes e demais explorados a rechaçarem o PNCF do governo Dilma/PT, como mais um jogo contra a organização da luta dos camponeses no país.

O programa a ser defendido é o da revolução agrária. Por meio das ocupações de terras no campo, das greves operárias nas cidades e dos levantes da juventude oprimida, derrotaremos os latifundiários e o conjunto da burguesia, expropriando as terras e entregando-as aos camponeses. O objetivo dos explorados do campo e da cidade é o de destruir o poder da burguesia e constituir um governo operário e camponês, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em coletiva e que entregará as terras aos camponeses.

Abaixo o PNCF do governo do PT! Toda força ao método da ocupação de terras e organização da autodefesa no campo!

Pela Aliança Operária e Camponesa para expropriar o latifúndio, sem indenização, nacionalizar as terras e distribuí-las aos camponeses pobres!

Pelo fim da criminalização dos movimentos sociais!

Fim das perseguições, prisões e assassinatos de camponeses pobres, que lutam contra o latifúndio e que lutam pelas condições de trabalho!

O objetivo burguês do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF)

O PNCF foi instituído pelo governo do PT. Trata-se de um Programa que vem sendo aplicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, estabelecendo o financiamento para a compra de terra pelos camponeses com pouca ou sem nenhuma terra. Ou para compra de equipamentos, construção de casa e utilização de recursos técnicos. O governo propagandeia que os camponeses são os responsáveis pela escolha e negociação da terra que será adquirida. Diz que esse programa garante o acesso à terra e incentiva a agricultura familiar, eliminando, assim, a pobreza no campo.

O que está por trás do PNCF?

- 1) O Programa é de compra de terras. Só podem comprar os que comprovarem uma renda mínima anual e experiência de 5 anos como pequenos produtores (nos últimos 15 anos);
- 2) A política de Dilma de abandonar a desapropriação de terra para fins de assentamentos, que comparecia como sendo reforma agrária. Ao invés de o governo comprar as terras dos latifundiários e assentar os camponeses sem-terra, agora o governo financia uma parcela de agricultores que tem condições de assumir uma dívida pela compra de terras por 20 anos;
- 3) A tentativa de arregimentar uma parcela dos camponeses com a ilusão de se formar um contingente de pequenos produtores ligados ao mercado e que obtenham uma renda que os tornem subordinados à política burguesa de dominação, separando-os da massa empobrecida e miserável;
- 4) Atrair a atenção dos jovens camponeses para a ideia de que poderão se tornar pequenos produtores com uma renda que o situem como classe média rural remediada e economicamente estável;
- 5) A submissão dos sindicatos e da Federação de Trabalhadores Rurais com o Programa de endividamento dos camponeses. Não denunciam a farsa do governo e passam a colaborar com as negociatas de compra e venda;
- 6) Os sindicatos rurais passam a ser agências governamentais que farão o cadastro dos camponeses interessados e que se enquadrem nos critérios do PNCF. Por meio do cadastro, a burocracia sindical arregimentará os trabalhadores para a política estatal. O que favorece os carreiristas e politiquês que têm influência junto aos camponeses, para que sejam porta-vozes do PNCF;
- 7) Desvia e divide o movimento camponês de luta pela terra, por meio do método da ocupação e resistência. Fortalece as lideranças burocráticas, oportunistas e vendidas.

O movimento camponês deve rechaçar o PNCF

- 1) A estrutura agrária no Brasil se baseia na propriedade lati-

fundiária e no monopólio das terras pelos grandes proprietários. Os milhões de pequenos proprietários e de sem-terra têm de se manter subordinados ao monopólio latifundiário da propriedade e submetidos à condição de pobres do campo. Estão condenados a praticar a agricultura de subsistência e de baixa produtividade. Sua relação com o mercado é a de permitir o enriquecimento dos comerciantes. Não têm como se defender das variações climáticas e não possuem recursos para enfrentar perdas de produção. Está aí por que milhões de camponeses dependem do jogo político da oligarquia para sobreviverem, que os mantêm como rebanhos eleitorais;

- 2) Os camponeses constituem a classe oprimida do campo. Está obrigada a se defender diariamente contra a miséria e a fome. Suas pequenas propriedades estão constantemente sob a ameaça dos latifundiários, dos grandes fazendeiros, dos madeireiros, dos mineradores e da construção de usinas. Não há como os governos os protegerem contra o avanço da grande propriedade capitalista, uma vez que são representantes da burguesia no poder do Estado. Não haverá nenhuma reforma agrária por decisão dos exploradores e opressores dos camponeses. Não haverá nenhum programa de financiamento que não seja para dar lucro aos bancos e tornar os pequenos produtores reféns do capital financeiro. É o caso do PNCF de Dilma;
- 3) Os milhões de camponeses individualizados em suas pequenas propriedades estão à mercê das manobras políticas dos partidos burgueses e dos interesses dos comerciantes e latifundiários. Os sindicatos rurais os mantêm na condição individualizada e submissa à burguesia. Os milhares e milhares de sem-terra, por sua vez, ficam separados dos milhões de pequenos proprietários como se não fosse uma mesma classe de camponeses oprimidos. Essa divisão favorece a individualização e o isolamento, que são utilizados pela oligarquia para manipular os pobres do campo social e politicamente;
- 4) Os camponeses somente poderão superar a sua fragmentação e seu isolamento por meio do movimento coletivo e de massa. Trata-se de constituir uma direção revolucionária que expresse as reivindicações de todo campesinato e que desenvolva em seu seio o programa da revolução agrária, que é parte do programa da revolução proletária. A unidade operária e camponesa é decisiva para romper as cadeias de dominação material, política e ideológica constituídas pelas relações capitalistas de produção e pela dominação burguesa. Essa unidade será conquistada por meio da experiência da luta de classes no campo e nas cidades, sob a estratégia de constituição de um governo operário e camponês, produto da revolução social.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Cresce a tensão em torno da questão indígena no MS

Em defesa da autodeterminação das nacionalidades indígenas

No dia 29 de novembro, o Ministério da Justiça decidiu intensificar a presença da Força Nacional de Segurança no Mato Grosso do Sul, em função do aumento das tensões entre grupos indígenas e o agronegócio/latifundiários. Desde o conflito na Fazenda Buriti (município de Sidrolândia), ocorrido em maio, o governo promete solucionar a questão com um acordo que supostamente agrade os dois lados. O prazo expirou em novembro e nada foi feito. O caso de Buriti ganhou projeção nacional e internacional devido ao assassinato do índio terena Oziel Gabriel, durante reintegração de posse. A força policial especializada na repressão aos movimentos sociais, presente na região desde então, permanecerá por lá mais 90 dias.

Os ruralistas alegam que são os proprietários legais, que os índios são violentos e não respeitam a lei, que a Funai é parcial nos pareceres e que os órgãos de direitos humanos e de defesa dos índios, inclusive os ligados à Igreja, são organizações “radicais”. O governador do estado André Puccinelli, do PMDB, chegou a se referir, em audiência no Senado, ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) como “braço fascista da Igreja”. Os ruralistas ainda responsabilizam o governo pelo que chamam de “insegurança jurídica”, usando sua bancada parlamentar como instrumento de pressão. Nos locais de conflito, continuam empregando seus pistoleiros. A Associação dos Produtores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) chegou à petulância de anunciar o que chamou de “Leilão da Resistência”, organizado para “angariar fundos para contratar serviços particulares de segurança para as fazendas”.

Como se vê, o cinismo dos ruralistas parece não conhecer limites. A tal propriedade legal a que se referem é resultado de séculos de saque das terras indígenas, herança colonial manchada com o sangue de verdadeiro genocídio, levado a cabo pelas coroas europeias desde o século XVI em todo território americano. A grilagem de terras e todo tipo de falcaturas permeiam a dita “legalidade” da propriedade dos latifundiários/agronegócio. A pecha de violentos lançada contra os indígenas é provocação reacionária. Segundo relatório do Cimi, só em 2012, 37 índios foram mortos no Mato Grosso do Sul. Os atuais “proprietários” herdaram não só as grandes extensões de terra do período das sesmarias, mas também seus métodos violentos, sempre agraciados com a impunidade do Estado opressor.

Quanto à “radicalidade” das organizações de defesa dos índios, basta recordar que o governador Puccinelli se declarou contra a concessão de “qualquer área do território do estado aos índios” e chegou a vetar a presença do Cimi em mesas de negociações. Toda essa intransigência resulta de um fator decisivo, que o próprio presidente da Acrissul acabou verbalizando: o peso do agronegócio, considerado “setor mais competitivo” da economia nacional. O PMDB, maior representante dos ruralistas ao lado do DEM, é o partido que possui a vice-presidência do país (Temer) e constitui o pilar da base governista. Possui uma larga representação no Congresso e um peso

extraordinário nos estados e municípios. O PT/Dilma é refém da coalizão que governa o país, da qual o PMDB ocupa posição central, incluindo aí sua bancada ruralista.

A situação de indefinição favorece os ruralistas, que agem à margem da lei com seus pistoleiros. Aos índios só resta pressionar por meio das ocupações de terras, tidas pelos mesmos como justiça, como “retomadas de áreas que estavam demarcadas e que estavam esperando resposta do governo”. Consideramos a escolha pela unificação e pelo método das assembleias como correta. De acordo com o líder indígena Otoniel Guarani Nhandeva, a maioria das comunidades do estado se reuniu para decidir a favor da permanência nas áreas retomadas. Faltam ainda as organizações operárias e da juventude se somarem nesse combate. As burocracias que dirigem tais movimentos têm ignorado o problema indígena, daí a importância de pressionarmos pela base, formando frações revolucionárias nos sindicatos e demais entidades, para romper esse silêncio.

Coloca-se ainda, de maneira concreta, a questão das demarcações de terras. O controle das terras pelos índios deve ser compreendido como realização da autodeterminação dessas nacionalidades. Entretanto, a confiança na institucionalidade burguesa, que está por trás das demarcações, é um equívoco estratégico. Sem dúvida, estamos ao lado dos índios, contra o latifúndio/agronegócio, em suas reivindicações de maior proteção do Estado brasileiro, principalmente diante de um quadro de aumento da violência reacionária dos pistoleiros a mando dos coronéis. Contudo, a luta pelas demarcações tem seus limites. A Justiça burguesa fecha os olhos para o avanço sobre terras demarcadas em todo o país, assim como o faz em relação aos assassinatos no campo. Isso porque a sanha capitalista dos ruralistas só aumenta. O Estado brasileiro é profundamente marcado pelo poder das oligarquias, resultado de um processo histórico de longa duração. A pretensão original dos petistas de democratização do Estado fracassou. Seu governo fez exatamente o contrário. Fortalece o poder da burguesia e, em particular, de suas frações oligárquicas. A criação da Força Nacional de Segurança pelo governo Lula é uma comprovação.

O Partido Operário Revolucionário (POR) afirma que a solução para as nacionalidades indígenas oprimidas virá somente com a destruição do Estado burguês, pela via da revolução e ditadura proletárias. A aliança com os nativos se conformará através da aliança operário-camponesa, que assumirá as suas reivindicações históricas no período de transição, respondendo imediatamente às suas aspirações. O programa para a superação definitiva do problema da terra no Brasil, não só dos indígenas, é o da revolução agrária. Será a expropriação dos latifúndios e do agronegócio, coletivizando as terras, medida tomada como parte da revolução proletária, que permitirá um salto nas forças produtivas, abrindo caminho para a união harmoniosa das nacionalidades hoje oprimidas pelo capital.

Ceará

Políticos burgueses comemoram redução da pobreza no Ceará: o que há por trás dos índices?

Recentemente, o governo do estado do Ceará e alguns políticos burgueses na Assembléia Legislativa apresentaram, com orgulho, indicadores da redução da extrema pobreza (miséria) no estado e no país. Explicaram que as políticas de transferência de renda do governo federal (bolsa família, Brasil carinhoso, etc.), além do crescimento econômico e investimentos governamentais, têm sido os responsáveis por esses resultados. Os dados disponíveis nos sites oficiais do governo indicam claramente a redução da miséria. Ei-los: o Brasil tinha, em 2011, 19,2 de pessoas milhões na linha da pobreza (2 dólares por dia), dos quais 7,6 milhões estavam na extrema pobreza (até 1 dólar por dia). Em 2012, havia diminuído para 15,7 milhões na pobreza, e 6,53 milhões na extrema pobreza. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) feitas pelo IBGE ano passado e analisadas pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O governo comemora. Segundo estes números, 3,5 milhões saíram da pobreza ano passado e em dez anos entre (2002 e 2012) 41 milhões de pessoas teriam saído da pobreza e ao menos 15 milhões da extrema pobreza. (ver a respeito, o Portal Brasil, disponível em www.brasil.gov.br).

Os índices também se fazem notar nos estados. Especialmente nos mais pobres. A Bahia tinha 1.363.184 miseráveis em 2011 contra 1.126.897 em 2012; uma redução de 514,4 mil. O Rio Grande do Norte, com 209.718 miseráveis em 2011 viu esse número cair para 155.434 em 2012. Uma redução de 149,1 mil. Na PB, no mesmo ano, havia 236.253 miseráveis caindo em seguida para 196.244, em 2012, totalizando uma redução de 215,2 mil. Até o Maranhão, o mais pobre estado nordestino viu sua miséria diminuir de 1.026.077, em 2011, para 924.515, em 2012. Uma redução de 335,9 mil. No Ceará, havia 858.323 pessoas na extrema pobreza em 2011. Em 2012 esse número foi reduzido para 718.066. Uma redução de 140 mil (dados disponíveis no Diário do Nordeste de 05/10/13). Todavia este número representa 8,5% da população cearense.

O que os índices não indicam

Em termos percentuais, os números apenas dos que são considerados miseráveis ou extremamente pobres (que não contabilizam os pobres propriamente ditos) chegam a patamares alarmantes. Na Bahia, os miseráveis representam ainda 8,2% da população total do estado. No Rio Grande do Norte 4,8%. No Maranhão, incríveis 13,8%. No Ceará alcançam 8,5% contra 1,8% no Rio Grande do Sul; 1,7% em São Paulo e no Paraná, e 1,6% em Santa Catarina. (Dados do DIEESE, disponíveis www.diario-donordeste.globo.com)

Os indicadores criados (índice de pobreza e miséria) partem de uma posição arbitrária adotada pelo Banco Mundial para melhor esconder a pobreza. São pobres os que vivem com o equivalente a 2 dólares diários e miseráveis ou extremamente pobres aqueles que vivem com menos ainda, até 1 dó-

lar por dia. No Brasil, são respectivamente aqueles que vivem com renda domiciliar per capita de pelo menos R\$ 70 e R\$ 140 mensais. Veremos a seguir a inconsistência dessa classificação. Antes acrescentemos os números da pobreza ao da extrema pobreza para sentirmos melhor a situação desesperadora das camadas exploradas.

Se o percentual de miseráveis no Ceará é de 8,5% da população, o de pobres é de nada mais nada menos que 21,2%. Esse índice, que os governos escondem vez por outra, corresponde a cerca de 1,8 milhões de pessoas no estado. Prossigamos; se 1,8 milhão vivem com esta renda num estado cuja população é cerca de 8,5 milhões de habitantes, qual seria o número dos que vivem com apenas o salário mínimo? Dados do IBGE de 2011, revelavam que naquele ano 70,7% da população cearense vivia com até 1 salário mínimo nominal. No RN, eram 67,8. No MA, 73,6%. Na BA, 64,9% e 66,0% na Paraíba. Média de 68% no Nordeste. Se entendermos que uma renda mensal de um salário mínimo do governo constitui um bom indicador de miséria agreguemos ainda os percentuais dos que viviam com renda entre 1 e 2 salários mínimos e veremos então, os números pularem. No estado do Ceará, 87% da população do estado ou aproximadamente 7 milhões e trezentos mil pessoas viviam, em 2011, com esta renda! Para aqueles que queiram objetar com o argumento de que o índice carrega demasiado o peso da pobreza rural nos grotões e cidades pequenas e que na região metropolitana o indicador seria outro uma vez que esta concentra maior parte do PIB estadual, maior oferta de emprego, renda, etc. o resultado não seria muito melhor. Na região metropolitana de Fortaleza, os mesmos dados do IBGE apontavam que 81,1% dos seus 3 milhões de habitantes viviam com até 2 salários naquele ano. Obviamente a base de dados de 2011 quando o salário mínimo ainda era de R\$ 545,00 não é a ideal, mas a partir dela é possível ter uma idéia de quão profunda é a pobreza no estado.

Fica patente por estes dados que a comemoração da burguesia não faz sentido. É mera pirotecnia eleitoral. A miséria é o resultado mais natural de um modo de produção baseado na grande propriedade privada e na exploração do homem pelo homem. O capitalismo gera miséria e com ela fome, subnutrição, mortandades e violências. As políticas assistencialistas e de transferência de renda apenas disfarçam a incrível pobreza que atinge grande parte do proletariado, dos camponeses e até da classe média arruinada. Fracassarão inevitavelmente em seu intento assim como a política de reformas do capitalismo. As massas precisam se contrapor às políticas do governo com a defesa do salário mínimo vital, calculado nas assembleias dos trabalhadores, que assegure condições de vida digna a uma família de quatro pessoas. Se o capitalismo não é capaz de dar pão aos seus escravos que seja sepultado pela revolução social.

Medida Provisória ampliará a precarização do trabalho

O ministro do Trabalho, Manoel Dias, anunciou que o governo Dilma lançará uma Medida Provisória, que permitirá a contratação sem carteira assinada. Diz que é uma exigência do setor de turismo, que envolve hotéis restaurantes, pousadas, bares etc., para os períodos de grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Qual a sua essência? Permite aos empresários contratar mão-de-obra temporária por até 14 dias corridos ou 60 dias alternados por ano. Ao invés de carteira assinada, haverá um contrato de prestação de serviço.

Quais suas consequências? O setor de turismo emprega 2,9 milhões de trabalhadores. A Medida Provisória é uma ameaça a esses empregos com carteira assinada. Os capitalistas poderão reduzir a mão-de-obra ao máximo e somente contratar nos momentos de eventos, livrando assim dos encargos sociais de

um contrato formal. Pagam-se somente os direitos sobre os dias trabalhados, portanto, uma miséria de 13º, Previdência, férias etc. A Medida Provisória inicia em um setor (no caso do turismo) e, em seguida, é estendida a outros. Trata-se de mais uma medida da reforma trabalhista, que rasga a CLT.

O ministro foi mais longe: disse que a Medida Provisória é o resultado de intensas discussões com as Centrais Sindicais. O que não causa nenhum espanto em se tratando de burocracias sindicais. Assim, não há nenhuma campanha contrária a esse ataque governamental sobre os trabalhadores.

Os assalariados não podem se calar diante dessa investida do patronato e do governo Dilma contra os empregos e as condições de trabalho. *A bandeira emprego com carteira assinada é a única forma de combater a informalidade e as medidas de precarização dos contratos trabalhistas.*

Operários de Belo Monte novamente recorreram à greve

Em novembro, por três dias, a usina de Belo Monte foi totalmente paralisada. Os 27 mil operários reivindicavam 15% de reajuste salarial. O Consórcio CCBM, em menos de três anos, se deparou com 17 greves-levantes (greves radicalizadas). As empresas que formam um aglomerado (Consórcio) pretendiam e pretendem fazer desses trabalhadores verdadeiros escravos. Pagam salário de fome, impõem alojamentos nos moldes das senzalas, oferecem refeitórios precários e limitam as visitas às famílias, que se encontram em outros estados. Agora, se mantinham irredutíveis à reivindicação dos operários. Foi preciso novamente parar a usina. Os capitalistas e governos, temendo a radicalização da greve, recorreram imediatamente à Força Nacional de Segurança (aparato militar do governo do PT) e a polícia militar para impedir os piquetes, intimidar os grevistas

e caçar as lideranças. Mas esses trabalhadores têm mostrado como se deve enfrentar o patronato, não se curvando diante das ameaças, das punições e da repressão.

O movimento se encerrou com a aceitação do reajuste salarial de 11% para os operários das áreas de execução, técnica e encarregados. E um aumento no valor da cesta-básica de 25% a 30%. Para os cargos de supervisão e chefia, a correção foi de 6,5%.

Os operários de Belo Monte já têm sua marca na história do País. Juntamente com os de Jirau e Santo Antônio, protagonizaram as greves-levantes e combateram a política de conciliação de classe da burocracia dos sindicatos. A ausência de uma direção classista continua sendo o maior obstáculo para esse setor do operariado que se rebela contra a brutal exploração do trabalho.

Fechamento da Semp Toshiba na Bahia, demissões

Uma das saídas dos capitalistas para a crise econômica é a de corte de gastos. A multinacional Semp Toshiba, fabricante de computadores, decretou o fechamento da fábrica em Salvador e a concentração de suas atividades na Zona Franca de Manaus. Da noite para o dia, 200 trabalhadores viram seus postos de trabalho irem para os ares.

A multinacional, subsidiada pelo governo, já vinha reduzindo a força de trabalho. Chegou a ter 500 trabalhadores e a produzir 1 milhão de computadores por ano. Em Manaus, a Semp Toshiba desfrutava das isenções fiscais. Assim, o fechamento da fábrica de Salvador e a sua migração para Manaus visa a proteger a lucratividade da multinacional.

A burocracia sindical alega que a empresa não comunicou o fechamento da fábrica e que ficou sabendo pela boca dos operários. Questiona, assim, o descaso da multinacional para com a Federação Metalúrgica.

Diante da notícia, o que fez a burocracia? Correu atrás da

Procuradoria Geral do Trabalho e do governo para marcar uma reunião com a multinacional. Lamenta que a empresa tenha recebido subsídios do governo para se instalar em Salvador e que depois de 14 anos decidiu por conta própria o seu fechamento. Mas, o que tem feito nesses anos para impedir as demissões de mais de 300 trabalhadores? E agora o que fará com as 200 demissões? O que vemos é a falta de disposição de organizar os operários para enfrentar o fechamento da fábrica.

A única forma de defender os postos de trabalho é pela via da greve e da ocupação da fábrica. As negociações entre a multinacional, governo e burocratas sindicais não trarão os empregos de volta. O combate contra essa medida da multinacional expõe os compromissos dos governos com o capital imperialista e, ao mesmo tempo, permite levantar a bandeira da implantação do controle operário nas multinacionais, que saqueiam o País, exploram brutalmente a mão-de-obra e fecham fábricas quando seus lucros se vêm ameaçados.

APEOESP:

Oposição rompe com o congresso burocrático

Convocado a cada três anos pela burocracia da Articulação, o XXIV Congresso do sindicato de professores do estado de São Paulo, ocorreu entre 27 e 29 de novembro. Como em 2010, o Congresso atual teve como política a necessidade dos petistas aprovarem mudanças estatutárias que estrangulam ainda mais a já débil democracia no interior do sindicato.

Crise econômica obriga maior estatização dos sindicatos

Já afirmávamos, desde a inscrição das teses, que a crise econômica e social obrigava as burocracias a colaborar ainda mais com os governos e aprofundarem o processo de estatização. O único meio pelo qual tais burocracias alcançam esses objetivos é fechando os sindicatos à participação das bases e das correntes oposicionistas. Não foi diferente nesse Congresso.

Atualmente, a APEOESP conta com quase uma centena de sub-sedes espalhadas por todo Estado. Na capital e Grande São Paulo, as oposições têm a maioria das sub-sedes. No interior, a Articulação mantém o controle por meio das fraudes e da ausência dos grupos oposicionistas. Essa configuração coloca a cada novo movimento, como a greve de 2013, de 22 dias, um problema à burocracia: detém a maioria dos cargos e o controle da maior parte das sub-sedes, mas os centros políticos encontram-se nas mãos da oposição. A partir do Congresso de 2010, alterou o Estatuto aumentando o poder da Diretoria e restringindo a autonomia das sub-sedes. No presente Congresso, manteve a mesma linha de ataque às sub-sedes, com o objetivo de esvaziá-las até poder fechá-las definitivamente, como ocorreu com a maioria absoluta das regionais da CUT.

Atacando organizativamente as sub-sedes, consegue atacar o poder de grupos de oposição. Não obstante, a medida gradativa não resolve as profundas contradições que ano após ano têm exigido do professorado uma resposta nas ruas. Por isso, combinando o ataque à estrutura sindical sustentou, desde o fim da greve deste ano, a política de fechamento das assembleias. Para não se desgastar, utilizou-se da corrente “O Trabalho”, que tomou a vergonhosa tarefa de defender do começo ao fim do Congresso a proposta de tornar as assembleias fechadas e com credenciamento prévio. Controlar as assembleias era o objetivo central da política da direção da APEOESP. Atacar a estrutura e a democracia sindical – essa era a linha dos petistas.

Organização burocrática para impedir a discussão

Desde as conferências regionais, toda a organização é feita para impedir a participação dos professores de base. Em geral, são os pequenos burocratas locais que formam a massa de delegados (mais de 2 mil). Com uma delegação que não representa o conjunto dos professores (formados atualmente por cerca de 250 mil), a Articulação Sindical com seus satélites, CTB e “O Trabalho”, aprova o que bem entende do início ao fim do Congresso. Assim foi com o Regimento burocrático, que impunha cortes na aprovação de propostas nos Grupos de Trabalho, impunha debates descolados dos problemas, com as mesas temáticas, e impunha a aprovação de uma “Tese-Guia” (obviamente, da própria Articulação). Assim foi com o debate nos GD’s, cujos temas eram pré-estabelecidos e os delegados obrigados a participar dos grupos estabelecidos pela própria burocracia. Qualquer emenda da Oposição necessitava de 20% dos votos dos

delegados nos grupos. Mecanismo utilizado para impedir que correntes minoritárias tenham acesso às plenárias do Congresso. Não havia alternativa para a Oposição senão a de se unificar, aprovando emendas das correntes, para que essas pudessem se expressar no plenário.

A primeira e última plenária: Alteração Estatutária

No dia 29, os trabalhos iniciaram com a Plenária sobre Estatuto. A Articulação Sindical já havia se utilizado do expediente de propor mudanças no estatuto através da Tese Guia, cuja aprovação foi feita na manhã do dia 28. Através dessa manobra, caso não houvesse discussões das propostas vindas dos GD’s, as suas alterações já seriam automaticamente aprovadas. O problema foi que nem sequer o Regimento aprovado no dia 27 foi respeitado pela mesa da Plenária.

Para a coordenação da mesa foi recrutado o burocrata da CUT, João Felício, que determinou já de início que nenhuma proposta que não fosse de adição à Tese Guia seria votada no plenário. Portanto, excluía todas as propostas vindas dos Grupos que colocavam a supressão das alterações propostas no texto da Tese Guia ou a substituição dessas propostas por outras mais democráticas.

Essa imposição da mesa objetivava uma única coisa: aprovar, de última hora, sem debate nas conferências regionais, a proposta de fechamento das assembleias com credenciamento prévio. Tratava-se para a burocracia de uma “emenda aditiva”, logo, passível de debate e de aprovação. Ignoravam-se todas as emendas supressivas e substitutivas, que contrariavam as mudanças propostas pela Articulação, por meio de sua Tese, e rasteiramente incluía-se esse ataque brutal à organização dos trabalhadores da educação. Diante dessa manobra autoritária, que contrariava inclusive as regras do Congresso, a Corrente Proletária e outros setores de oposição, sustentaram que o debate da “emenda aditiva” não poderia ocorrer. Questões de ordem foram sucessivamente sendo ignoradas pela mesa, que se utilizava da maioria dos delegados para votar rapidamente os encaminhamentos.

Sem haver debate das propostas substitutivas e supressivas à Tese Guia, em mais uma manobra, a mesa determinou que a proposta de “assembleia com credenciamento” havia sido aprovada e encerrou abruptamente a Plenária. Sem alternativa, todos os grupos de Oposição, com exceção do PCO, que se manteve no plenário legitimando o ataque da burocracia, retiraram-se do plenário e encaminharam um debate acerca do ocorrido.

A unificação das Correntes de Oposição

Torna-se cada vez claro às correntes de Oposição a necessidade de uma unidade para se opor à burocracia da APEOESP. Entretanto, as diferenças políticas são grandes, o que têm dificultado a materialização de um trabalho frentista sistemático no sindicato. Porém, o autoritarismo da burocracia forçou uma posição unitária dos setores de Oposição, que se retiraram do plenário e constituíram suas plenárias deliberativas.

A Articulação Sindical, diante do ocorrido, com a saída de quase 1/3 dos delegados, resolveu chamar uma “reunião” com as correntes para resolver o impasse (embora mantivesse a ordem dos trabalhos com outras plenárias sobre “plano de lutas”, “educacional”, “sindical”, etc.). A deliberação das Oposições é que se deveria anular a

Plenária do Estatuto ou, ao menos, desconsiderar a aprovação automática e autoritária da proposta de “assembleias com credenciamento”. Com essa deliberação, uma comissão formada pelo PSOL, PSTU, POR e grupos sem partido entrou na reunião com a burocracia.

Na reunião, com a cúpula da CUT e os representantes da oposição, a Articulação reafirmou seus métodos truculentos como legítimos e propôs reabrir a Plenária sobre Estatuto, permitindo a votação de algumas emendas aditivas da Oposição. Propôs também a retirada de uma proposta da Tese Guia referente ao regimento das subdeses e a possibilidade de recolocar a votação das “assembleias com credenciamento” (ainda que não abrisse mão de sua defesa, que seria feita pelo representante de “O Trabalho”).

Uma parte da Oposição (PSOL) achou um avanço a “proposta” da burocracia e voltou para seus agrupamentos com a defesa do retorno ao Congresso e a reinstalação da Plenária estatutária.

A Corrente Proletária/POR afirmou que não havia nenhum avanço na proposta e que os mesmos métodos autoritários haviam sido recolocados, havendo para a burocracia apenas a necessidade da legitimação de suas propostas por parte das Oposições, sendo um erro a reinstalação de uma Plenária cuja política e métodos atentavam contra a democracia sindical. Essa colocação permitiu deslocar um setor do Bloco (PSOL) para essa posição porista.

É importante destacar que as duas maiores correntes da Oposição, que têm em seu seio correntes do PSOL (“APEOESP na Escola e na Luta”) e PSTU defenderam o retorno à Plenária de Estatuto. A votação das duas posições, retorno e não retorno, dividiu a plenária. Parte dos delegados da Oposição Alternativa (PSTU e outras correntes) e do Bloco (PSOL) votou pelo não retorno e certamente não acataria a decisão da plenária, caso vencesse o retorno. Diante do impasse, o PSTU e PSOL retiraram a proposta de retorno, colocando-se pelo rompimento com o congresso burocrático. Os argumentos dessas correntes pela unidade da Oposição se voltaram quase que exclusivamente para as eleições sindicais de 2014.

A plenária da Oposição encerrou aprovando um manifesto dirigido aos professores sobre os acontecimentos do Congresso, defendendo a independência e a democracia sindicais. Discutiu-se, também, a proposta de realizar uma plenária de base para discutir os novos passos da Oposição. Nesse ponto, não havia acordo. Há setores da Oposição que rejeitam a convocação de plenárias de base. O PSTU se colocou por realizar uma ampla convenção, no início de 2014, para definir o programa e a chapa para a Apeoesp. A Corrente Proletária se posicionou pela convocação de uma plenária, ainda este ano, no sentido de organizar a militância classista no combate à burocratização do sindicato. Mas, não teve força de impor essa decisão nessa plenária que acabava de romper com o congresso burocrático.

“O Trabalho”: uma corrente degenerada

Poucas palavras resumem o papel dessa corrente: oportunismo e seguidismo à burocracia majoritária. Não é de hoje que “O Trabalho” faz o jogo sujo da Articulação Sindical. Na CUT, ocupa lugar de destaque, com sua política de “abaixo-assinados” e de lacrimosos discursos para que o governo e a CUT assumam os “interesses dos trabalhadores”. Preserva seus cargos com um oportunismo escancarado. Na APEOESP, não tem expressão política, mas seus poucos militantes defendem o que a Articulação manda. Assim foi na greve, e assim foi no Congresso. Apresentaram na defesa de sua tese o

fechamento das assembleias e o seu credenciamento. A Articulação saudou seu fiel lacaios, mas, no calor da Plenária de Estatuto, a corrente majoritária retirou a proposta de “assembleia fechada” e a corrente “O Trabalho” aceitou, mantendo apenas o “credenciamento prévio”, que, na prática, anula com qualquer assembleia massiva da categoria. Fez teatro do início ao fim do Congresso, inclusive na reunião chamada pela burocracia, após a saída da oposição do plenário. Ganhará, com certeza, mais ossos para roer.

PCO: coluna da Articulação

Já havíamos denunciado que o PCO, para ganhar delegados ao Congresso, havia fechado acordos com a burocracia da Articulação. Isso ocorreu da forma mais vergonhosa na subdesde Sudeste, na capital de São Paulo, impedindo que delegados do POR e do PSTU conseguissem alcançar o quórum imposto pela burocracia.

Não bastasse o acordo com a Articulação antes do Congresso, durante a sua realização serviu como acusador das correntes de Oposição, fazendo um belo serviço para a burocracia. Perdia mais tempo acusando o PSOL e o PSTU do que atacando as medidas autoritárias dos cutistas. Como não era de se espantar, quando toda a Oposição se retirou, os poucos delegados do PCO mantiveram-se no plenário, legitimando o golpe na aprovação automática das mudanças estatutárias. Legitima-se do início ao fim das plenárias, aparecendo como a “oposição” do Congresso. Manteve desse modo o ordenamento dos trabalhos, encerrados com antecedência. De forma diferente, agiu como “O Trabalho”, enquanto este apoia diretamente a política autoritária da burocracia, aquele legitima tal política, fazendo acordos espúrios e opondo-se à luta de todas as correntes oposicionistas, que objetivamente, na atual conjuntura, representam a defesa da independência e da democracia sindicais.

Nossa política e intervenção

Em geral, as correntes de Oposição trabalham apenas por denunciar aspectos da política da Articulação, como o seu papel entreguista diante da greve ou o autoritarismo de sua direção. Nós, através dos materiais impressos e de nossa intervenção pública, partimos da caracterização geral da fase atual de desintegração do sistema social para evidenciar que a política da burocracia é apenas manifestação da política burguesa de contenção dos trabalhadores diante da crise econômica. Ressaltamos que a estatização e o colaboracionismo da APEOESP diferem apenas de grau da política estatizada da maioria absoluta dos sindicatos. Expomos que a crise educacional é também fenômeno parcial diante da crise social e que a política para resolver os problemas educacionais está fora da escola, na luta pelas reivindicações gerais dos trabalhadores, ligadas ao emprego e ao salário.

Nossa atuação desde o início das plenárias evidenciou com clareza o ataque à democracia sindical que ocorria não só através das propostas feitas pela Articulação Sindical em sua tese, como pela condução dos trabalhos no próprio Congresso. Nossa oposição firme à condução da mesa da Plenária de Estatuto colocou ao conjunto dos delegados as manobras que a Articulação realizava.

A luta contra burocracia é imediata, mas só pode ser forjada por meio de bandeiras que conduzam à independência e à democracia sindical. A unidade da Oposição não será feito da ditadura burocrática da Articulação, mas de um trabalho sistemático para fortalecer o programa revolucionário no interior do sindicato. O fortalecimento da fração revolucionária é condição para o fortalecimento do programa revolucionário, forjado nas lutas da classe.

Rondônia

Nova ofensiva do prefeito Mauro Nazif/PSB contra os trabalhadores de educação do município

No dia 14/11/2013, o prefeito, através de um decreto, modificou a carga horária dos trabalhadores de educação do município de Porto Velho. Tratava-se de um direito adquirido e fazia parte da lei orgânica do município. Pela Lei Orgânica, quem tem contrato de 40 horas semanais só trabalha 6 horas corridas. Segundo o prefeito e sua camarilha administrativa, essa medida foi tomada em função da falta de profissionais na educação.

A situação das escolas é péssima. No início do ano, os servidores recorreram à greve, reivindicando melhorias nas condições de trabalho. Mas o movimento não alcançou a força necessária para enfrentar o prefeito e combater a política de conciliação de classe da direção do sindicato. O prefeito concedeu uma mísera gratificação dividida em doze parcelas, que já foi corroída pelo alto custo de vida. Mesmo assim foram precisos dois meses para que o prefeito efetivasse a gratificação. Ainda atrasou o pagamento das horas extras.

Só no início de dezembro que a burocracia do sindicato convocou uma assembleia para discutir o decreto e as reivindicações para 2014. Porém, a assembleia se resumiu à leitura do documento do prefeito sobre a suspensão do decreto.

A Corrente Proletária da Educação/CPE interveio combatendo a

política do prefeito de destruição de direitos dos trabalhadores e de arrocho salarial. Denunciou a conduta da burocracia do sindicato, que é conciliadora. E que recusa, assim, a organizar o movimento dos trabalhadores da educação para impor as reivindicações da classe. Na verdade, trata-se de uma direção afeita aos longos discursos de promessas embromadoras, que acabam sacrificando as greves sem nenhuma conquista.

A CPE colocou-se pela aprovação de um plano de luta em defesa das reivindicações e de combate às medidas antieducação do prefeito do PSB. Defendeu como parte desse plano de lutas as seguintes reivindicações: *reajuste salarial para repor as perdas acumuladas, piso salarial correspondendo a um salário mínimo vital (que em nossos cálculos é de R\$ 4.000,00), estabilidade a todos os profissionais que fazem horas extras, aplicação imediata da Lei Nacional do Piso no que se refere à jornada de 1/3 fora da sala (diminuição das aulas em todas as jornadas existentes, sem reduzir o salário), melhores condições de trabalho e fim de todas as leis que precarizam o ensino e destroem as conquistas do magistério*. Enfatizou que um plano de lutas implica a organização dos trabalhadores da educação para defendê-lo com os métodos da ação direta.

Ceará – Sem campanha salarial no estado!

Direção da APEOC colabora com desmandos do Governo Cid Gomes (PROS/PT/PC do B) na educação!

Novamente, os professores da rede estadual, não tem campanha salarial. A campanha salarial de 2014, organizada pela direção da APEOC (PT/PC do B, PCB/PV) é um embuste. A falta de mobilização da categoria faz parte de um acordo espúrio da direção do sindicato com o governo Cid, que criou a mesa de permanente de negociação (na verdade, mesa de enrolação) para que não haja perturbação dos professores durante o seu mandato de governador.

Não por caso, o governo se encontra de mãos livres para impor vários ataques. Propõe reajuste miserável de 5,83% ou 5,85%; vem implementando a municipalização de escolas com a anuência da direção do sindicato vai a estas escolas conversar com os professores e funcionários e acertar acordo entre SEDUC e SME (Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza) ao invés de preparar a categoria para resistir à eliminação das escolas da rede estadual de ensino.

Outro problema enfrentado são as “escolas de ensino profissionalizantes” que têm sido o meio utilizado pelo governo para fechar escolas de ensino regular no período noturno, como para reduzir os gastos com servidores e manutenção das mesmas. Nisso também contam com o silêncio do sindicato. Com relação à progressão horizontal há três anos o governo estadual não concede o interstício de 5% entre as referências da mesma classe na carreira do magistério. O governo pretende, nas futuras progressões, dificultar ao máximo essa ascensão à categoria impondo a avaliação de desempenho. A direção do

sindicato já disse não se opor à avaliação de desempenho, criticando apenas a sua forma de realização.

A precarização do trabalho no magistério continua. O governo criou 3 mil vagas via concurso público, quando existem 10 mil professores com contrato temporário. A direção fez durante o processo do concurso a demagogia na defesa de 5 mil vagas, porém, se mesmo o governo atendesse essa reivindicação continuariam as relações precárias de trabalho. Assim, a direção do nosso sindicato aliou-se com governo para manter a terceirização na educação ao invés de defender efetivação de todos os professores de contrato temporário.

O governo Cid procura, de todas as formas, criar ilusões na categoria na Parcela Variável de Redistribuição (PVR) que dividiu a categoria e, ao mesmo tempo, aumentou a disparidade salarial entre as classes e as referências na carreira do magistério. Cid oferece um pirulito enquanto a direção da APEOC canta vitória. O salário da categoria, porém, não acompanha o aumento do custo de vida que está nas alturas.

A Corrente Proletária na Educação/POR, exige a imediata convocação de uma Assembleia Geral da categoria. Defende que nenhum professor ganhe menos de um salário vital, (R\$ 4.000,00). No capitalismo decadente, que só tem a oferecer ao proletariado e demais oprimidos, arrocho salarial, miséria e desemprego, devemos nos organizar uma corrente revolucionária no magistério e assim impulsionar a luta de classe e colocar abaixo o regime burguês.

A luta por democracia na USP não se esgotou: foi desmontada pela direção

As duas principais lições que deu esse movimento: a política conciliadora e corporativista de pressão sobre a burocracia para obter a democratização da estrutura autoritária a partir de um acordo se mostrou falida; a real democracia e autonomia universitárias dependem da destruição do poder autoritário e constituição de um governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária, o que depende de uma luta profunda contra a burocracia e o governo, e a unidade com os movimentos dos explorados contra os exploradores.

A greve estudantil por democracia na USP não acabou pela via da decisão democrática de uma assembleia geral. Em três assembleias, a direção do DCE (PSol/PSTU) tentou votar o fim da greve, da ocupação e a aceitação do termo imposto pela reitoria. Fracassou. O golpe de misericórdia foi dado dia 21/11, quando essa direção rompeu com a assembleia e a abandonou. Não houve votação do fim da greve. Ela acabou aos poucos, por conta da política da direção do DCE. Em oposição a isso, um setor dos estudantes, que se manifestou vigorosamente desde a assembleia de 1º de outubro, aprovando a bandeira do governo tripartite, aos gritos de “sem reitor”, se manteve firme e se mostrou disposto a enfrentar a reitoria e o governo até o fim.

Como a direção acabou com a greve e abriu caminho para a reintegração de posse da reitoria

As medidas da direção do DCE que levaram a greve ao desmonte:

1) Manobrou para deixar de lado as reivindicações que se chocavam com a reitoria (principalmente o governo tripartite e a dissolução do C.O., mas também outras como a contratação de professores necessários) e só negociar aquelas que a burocracia já tinha dado sinais que poderia ceder (as diretas pela LDB e a devolução dos blocos K e L à moradia eram promessas de Rodas, e a estatuinte tem o apoio da maioria do C.O.);

2) Negociou reivindicações locais e assim retirou cursos e unidades da greve antes de obter qualquer conquista geral (vide Educação Física, Relações Internacionais e São Carlos);

3) Acatou a violência do governador contra o movimento, com a repressão desfechada em 15/10, e passou a limitar as manifestações ao interior da universidade;

4) Ajudou a quebrar o isolamento da reitoria, que teve seu pedido de reintegração de posse rejeitado em 1ª e 2ª instâncias, enquanto não negociava – o reitor iniciou então uma farsa de negociação (fora da USP), onde não concedia nada, reafirmava promessas anteriores e garantia a repressão – cabia à direção denunciar que a negociação era uma farsa e que a reitoria não estava cedendo nada de concreto: ao não fazê-lo, criou as condições políticas para a reitoria reivindicar novamente a reintegração e obtê-la no judiciário;

5) Passou a defender o fim da greve e fazer campanha por isso dentro e fora da USP, mesmo diante de um termo de acordo rejeitado POR UNANIMIDADE na assembleia de 31/10. O movimento foi sendo atacado nas assembleias de curso. A direção se apoiou no setor conservador, antigreve em geral, para ir acabando com a greve em cada unidade.

6) Diante da reintegração de posse da reitoria pela Tropa de Choque e prisão arbitrária, com tortura, de dois estudantes da USP, manteve chamando o fim do movimento e se contrapondo à ida às ruas. Esses novos fatos mereciam uma resposta firme dos estudantes e poderiam alavancar a mobilização, mas foram sufocados pela política da direção.

Uma política falida diante da luta pelo controle da

universidade pelos estudantes, professores e funcionários

A trajetória da direção do DCE durante a greve se orientou para o objetivo de reformar a atual estrutura de poder da universidade, através de um acordo com a casta burocrática que resultasse numa maior participação de estudantes e funcionários nos organismos decisórios. Procurou para isso se apoiar na disputa entre as frações burocráticas, indicada anteriormente pelas declarações do reitor de mudar a forma de eleição aplicando a LDB à USP e realizando eleições diretas (70% professores, 15% estudantes e 15% funcionários). O movimento pretendido pela direção do DCE não se colocava pela destruição da atual estrutura de poder autoritária. Por isso essa direção se contrapôs, já na primeira assembleia, no dia da ocupação da reitoria, às bandeiras de **Governo Tripartite subordinado à assembleia geral universitária**, e Dissolução do C.O. Essas reivindicações, apoiadas pela maioria de estudantes que então se mobilizaram, levariam necessariamente a um profundo conflito com a casta burocrática e autoritária que governa a universidade.

A direção do DCE pretende se potenciar no interior da burocracia universitária e influenciar os órgãos de poder. Por isso, coloca-se pela defesa da democratização da estrutura autoritária, a ser defendida por meio de pressão limitada do movimento estudantil sobre a casta dirigente da universidade.

A política da democratização não leva a uma mudança no poder, por mais ampla que seja a reforma pretendida (e a anunciada pela direção do DCE é bem pequena). Os burocratas que detêm o poder, parasitas da instituição pública, controladores autoritários dos recursos públicos e canal de favorecimento das parcerias privadas, privatistas, elitistas, expressão do obscurantismo e reação na educação, podem apresentar cisões internas e se colocar por reformas de aparência democrática. Mas não cederão o poder, nem o dividirão. Será preciso tomar o poder de suas mãos por meio da força da mobilização. Essa é a perspectiva política da defesa do Governo Tripartite, oposta à linha de democratização, que se provou falida nesta mobilização.

A importância da aprovação pela assembleia do governo tripartite

O fato de a assembleia ter aprovado a noção de que a universidade deve ser dirigida pelos três setores é um enorme passo adiante. Questiona o fundamento antidemocrático burguês de que os professores devem deter o monopólio do controle da universidade. Na realidade, nem são os professores que exercem o poder universitário, mas os seus quadros burocráticos, principalmente aqueles mais vinculados ao Estado e ao empresariado e até mesmo a iniciativa privada, que também compõe o C.O.. **O governo tripartite rompe esse monopólio e se opõe ao burocratismo.**

A autonomia universitária resulta do rompimento do controle do Estado burguês e da burocracia docente sobre a universidade. Estudantes, funcionários e professores mobilizados e unificados pela assembleia universitária impõem seu controle, portanto seu governo. Esse é o conteúdo do **governo tripartite**, eleito pelo voto uni-

versal. Em circunstância mais avançada das conquistas, a própria assembleia universitária poderá eleger o governo da universidade. É obrigatório o critério de revogabilidade do mandato pela assembleia universitária.

A autonomia universitária é uma bandeira transitória de luta pelas transformações socialistas. É democrática porque se trata de uma tarefa que deveria ser realizada pela própria burguesia. O seu caráter de transição indica que faz parte de um conjunto de tarefas que levam à luta das massas pelo socialismo. Não poderá ser realizada plenamente no âmbito do capitalismo. Somente o programa da classe operária poderá responder às tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia, entre elas a autonomia universitária.

A luta pelo controle de quem estuda e trabalha da universidade é a via para se romper a camisa de força imposta pelo capitalismo putrefato à educação. A autonomia universitária estabelece o governo da universidade por estudantes, professores e funcionários. A mudança na relação de poder na universidade, portanto, política, permitirá assumir coletivamente o objetivo de vincular verdadeiramente a educação à produção social, sob a direção do proletariado.

A autonomia universitária só poderá ser imposta com uma luta conjunta com as massas exploradas que hoje se encontram fora da universidade. As lutas do movimento estudantil não podem ser corporativistas, é preciso buscar a unidade com os movimentos. Unir-se aos setores em luta a cada momento. A exemplo das lutas conta a repressão policial que têm ocorrido recentemente.

Um passo importante para a unidade da juventude oprimida é a luta por educação pública e gratuita para todos em todos os níveis, que só será possível com a expropriação do ensino privado, sob controle dos que estudam e trabalham, ou seja, AUTÔNOMA em relação aos governos. Assim, essa luta se liga à defesa do Governo Tripartite.

Pleno das executivas da ANEL

Nos dias 30/11 e 01/12, ocorreu o pleno das executivas da ANEL. Fomos convidados a participar e a fazer uma saudação inicial pelo Partido Operário Revolucionário. O fórum foi convocado para debater um balanço de 2013 e organizar a campanha da entidade para o próximo período, onde se ressalta a intervenção nas “calouradas” das universidades.

O encontro expressou o estado da entidade: praticamente todos presentes eram militantes ou simpatizantes do PSTU. Longe de expressar uma fração do movimento estudantil nacional, o encontro esbanjou exitismo em seus debates. E, como de costume, mesmo em um encontro com duas dezenas de pessoas, não faltou uma festa.

Na plenária final, foram aprovadas campanhas sobre a copa, sobre a repressão e opressões e sobre uma rede de articulação da ANEL com as entidades estudantis (“Rede Livre”), além da próxima assembleia nacional, para 21 de março.

O POR em toda sua intervenção reivindicou que era preciso a ANEL aprofundar o debate de balanço do movimento grevista da USP, que acabara há pouco, e era preciso organizar a luta contra a repressão.

É de suma importância discutir e entender o sentido da bandeira de **governo tripartite** aprovada na assembleia de estudantes da USP. Ainda que com contradições, sua aprovação expressa uma tendência de rompimento dos estudantes com a casta burocrática que governa a universidade, instrumento do Estado burguês para controlá-la.

Mas o PSTU já tinha se oposto à aprovação desta bandeira no movimento da USP. Evidentemente o fez novamente no pleno das executivas, chegando até a desaprovar que tal bandeira fosse discutida, alegando que esta não era o centro da campanha da ANEL, que era

É necessária uma luta contra as eleições antidemocráticas em andamento

As frações burocráticas estão em disputa pela reitoria da USP. Os candidatos buscam arrastar os setores das burocracias locais ao redor de promessas. Costuram compromissos com os grupos que controlam as partes da universidade em troca de apoio. No final, dos quatro candidatos, três estarão na lista triplíce a ser submetida ao governador, que é quem de fato escolhe o reitor. Assim se concluirá a farsa. Na verdade, a disputa neste momento é a de quem será excluído dessa lista. A seguir, será de quem é o melhor instrumento de aplicação das imposições do governo à universidade. Essa disputa é oposta às reais necessidades dos que estudam e trabalham.

No próximo dia 10, a burocracia está chamando uma consulta para apontar os candidatos mais votados ao Conselho Universitário. Essa consulta é mais uma peça dessa farsa. Ela é meramente consultiva, palpitosa, o C.O. não tem nenhum compromisso em aplicá-la. Além disso, só concorrem aqueles que já se inscreveram no processo antidemocrático mantido pelo C.O. em 1º de outubro. **Os que estudam e trabalham devem boicotar essa consulta, e, quando pressionados a participar (funcionários), anular o voto escrevendo na cédula: por um Governo Tripartite!**

No dia 19 de dezembro, os burocratas das congregações e conselhos centrais vão votar e montar a lista triplíce, às costas dos estudantes, trabalhadores e professores. É preciso denunciar amplamente essa farsa e o autoritarismo da burocracia e do governo. Convocar assembleias nos cursos, melhor se forem dos três setores, de forma a organizar nas unidades os protestos contra a farsa. Defender nessas assembleias a inviabilização da votação fajuta. Retomar a defesa da real democracia e autonomia universitárias, que só podem existir por meio de um **governo tripartite, eleito pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.**

algo muito específico da USP. Ora, dada a importância de um setor do movimento estudantil ter rompido com a burocracia e avançado em sua consciência, e isso ter sido em um local específico, o debate deveria ser levado para as demais universidades.

A campanha contra a repressão foi aprovada. Será um dos pontos de campanha até a assembleia nacional. Mas foi aprovada junto à campanha de “desmilitarização da PM”, ou seja, negando o fundamento marxista da repressão como uma expressão da dominação de classe.

Outra consequência da omissão da luta de classes foi o conteúdo dado à campanha da copa, que tem como mote demagógico “Da Copa eu abro mão: o povo não pode ficar de escanteio!”. Seu conteúdo é de reivindicar mais investimentos para as áreas sociais, e não o de demonstrar que o Estado é burguês e atende aos interesses dos capitalistas, e por isso deve ser combatido. A recusa em generalizar a experiência da USP, de um setor que rompeu com a burocracia universitária e se levou de encontro ao choque direto com o Estado burguês, mostra que sua campanha contra a copa não servirá para avançar a luta para o terreno da luta de classes.

A conclusão do pleno não foi o de um fórum de organização das lutas estudantis. Pelo contrário, foi a de mais um fórum de arregimentação do PSTU, com mais membros sendo incorporados à comissão executiva nacional da ANEL e um reforço da campanha da entidade (com a “Rede Livre”, a criação de um CNPJ da entidade, entre outros). Isso ficou mais do que evidente quando, na plenária final, foi rechaçado que a ANEL tivesse como linha a criação de espaços de frente única para organizar o combate à repressão, ou seja, eles combaterão a repressão somente à medida que isso servir ao crescimento e fortalecimento da entidade.

Publicamos duas partes do folheto “O que é a autonomia?”, de Guillermo Lora, reunido nas Obras Completas, tomo XXX. O objetivo é o de conhecer as experiências mais avançadas da luta pela autonomia universitária, tendo em vista o movimento desencadeado na USP em torno das eleições para reitor.

A intervenção da Corrente Proletária Estudantil/POR permitiu que os estudantes dessem um passo em direção a um governo tripartite da universidade (estudantes, professores e funcionários). A luta do POR na Bolívia por retirar a universidade do controle do Estado, da burguesia e da burocracia acadêmica resultou em ricas formulações do marxismo-leninismo-trotskismo sobre a educação. Não se trata de aplicar mecanicamente à nossa realidade, mas sem dúvida é preciso assimilá-las em seus fundamentos programáticos.

O Co-governo

Entre os componentes da universidade, os estudantes representam a força revolucionária e os docentes, a conservadora. O predomínio dos professores nos organismos universitários pode converter-se na correia de transmissão da política direitista e inclusive da governamental. O que resulta em limitação ou desvirtuamento da autonomia universitária; para preservar a integridade desta, o mínimo que se deve exigir é a presença decisiva dos estudantes.

Rechaça-se a exigência de participação majoritária dos estudantes na eleição do governo universitário com o argumento de que estes não podem ser iguais aos professores, uma vez que estes devem ensinar e aqueles aprender. Não resta dúvida que essa objeção é simplista; é uma arbitrariedade confundir os universitários com as crianças que galgam os primeiros degraus da escola.

Causa estranheza o raciocínio daqueles que propõem a eliminação dos universitários do voto universal, uma vez que com ele se elege desde o Presidente da República até os membros do Poder Legislativo. O universitário é um cidadão, militante político ou não, não se encontra no período de formação doutrinária básica, por isso está suficientemente capacitado para saber quais são seus interesses e que orientação deve seguir a universidade, o que permite eleger adequadamente as autoridades da universidade. Colocado assim o problema, se compreenderá que constitui um odioso privilégio o de reconhecer ao docente o direito de concorrer majoritariamente à designação das autoridades e o é muito mais se se leva em conta que os professores são uma minoria insignificante em relação a grande maioria dos alunos. De qualquer ponto de

vista, constitui um despropósito colocar em dúvida a capacidade dos universitários quando se trata de decidir sobre a orientação que deve seguir a universidade.

Os alunos nem sempre valorizam em sua verdadeira dimensão a importância de sua decisiva participação na eleição e constituição dos organismos da universidade. O normal tem sido a participação estudantil minoritária, portanto, inoperante, no cogoverno que, inclusive nessas condições negativas, foi considerado uma das maiores conquistas da reforma. Somente uma longa experiência levou ao convencimento de que a participação estudantil minoritária diminuía o alcance da autonomia. Foi então que se fizeram duas colocações consideradas ousadas: o cogoverno paritário docente-estudantil e a eleição de reitor mediante o voto universal. A limitação deformadora desse critério se manifestou na prática de dar igual valor ao total dos votos dos professores (50%) e ao dos alunos (50%).

Na Bolívia, o cogoverno paritário foi conquistado depois de duros e heroicos combates dos estudantes. E demonstrou que “significa o único instrumento eficaz para uma condução correta da universidade e que permite uma efetiva inserção desta no seio da sociedade. É por meio deste instrumento que a energia estudantil dinamizou o desenvolvimento acadêmico, dando-lhe possibilidades de se aproximar da realidade do país, mediante planos de estudos que interpretavam de maneira crítica a situação Boliviana” (URUS, “A ditadura militar destruiu a autonomia e a própria universidade”, agosto de 1972).

A luta pela reconquista da verdadeira autonomia não pode esquecer esse valioso antecedente. Nós sabemos, pela própria experiência, que a verdadeira autonomia supõe o cogoverno.

A Experiência Boliviana

A Universidade Nova

Os bolivianos contam com uma rica experiência no plano das lutas universitárias e autonomistas. A assimilação de suas lições pode facilitar a vitória no atual combate contra a ditadura militar.

Muito se fala – precisamente desde a esquerda – de estruturar uma universidade nova, ainda que a maioria se refira à escola em geral, no seio da envelhecida e caduca universidade atual. Muita tinta se gastou para fundamentar a tese peregrina de que a universidade pedagogicamente renovada é capaz de estruturar uma sociedade nova. Isto é puro diversionismo digno dos “teóricos” pequeno-burgueses diante das tremen-

das dificuldades que apresenta o trabalho político no seio das massas. Na realidade, todas são proposições utópicas demagogicamente manejadas.

A universidade, como parte do ensino em geral, é um fenômeno superestrutural, que corresponde a uma determinada estrutura econômica e está determinada por esta, que fixa os limites dentro dos quais pode se desenvolver. Daí se deduz que a universidade nova somente pode ser o produto de uma sociedade também nova. Como todo fenômeno cultural, será produto relativamente tardio da transformação das relações de produção.

A universidade não autônoma, política e organicamen-

te submetida ao Poder Executivo, é voltada, juntamente com toda a superestrutura imperante, contra o crescimento das forças produtivas, procurando estrangulá-las, de onde extrai seu papel conservador e contrarrevolucionário, se converte em guardiã da intangibilidade da propriedade privada.

A universidade autônoma, longe de pretender ser o laboratório da nova sociedade, pode permitir gerar em seu seio um movimento revolucionário da inteligência, com a missão de coadjuvar com o proletariado no cumprimento de sua tarefa histórica de sepultar a velha sociedade, incluindo sua universidade. Tal é o papel progressista e revolucionário, dentro de um marco limitado, que pode cumprir a universidade.

O papel determinado que joga em certo momento a autonomia não está em si na própria autonomia, mas em estar a serviço de tal ou qual tendência política (o papel do partido

da classe operária tem enorme importância), daí a importância que tem a estruturação de um vigoroso movimento revolucionário estudantil e que não pode conquistar a não ser que se eleve teoricamente.

A autonomia é um fenômeno histórico, aparece em certo momento do desenvolvimento da sociedade, quando se impõe a necessidade de transformar e modernizar a universidade. Quando a classe operária estiver no poder e precisar reunir em suas mãos todos os aspectos da vida social para transformá-los e dirigi-los para a sociedade sem classes, a autonomia pode converter-se em trincheira da reação, então se torna desnecessária e prejudicial.

(Extraído das Obras Completas, de Guillermo Lora, tomo,XXX, 1974, ediciones Masas)

Rio Grande do Norte – UERN

Movimento estudantil de pedagogia se revitaliza com trabalho de base

O curso de Pedagogia da UERN passa por um processo de reconstrução do seu Centro Acadêmico (CA). Depois de anos de domínio e amordaçamento pela Juventude do PSB (JSB), jovens que fazem a defesa da política da burguesia, o curso de Pedagogia traça um novo caminho.

Diferentemente dos CAs de outros cursos, em Pedagogia não se começou pela eleição da direção do CA e nem pelo estatuto, o que seria burocrático. Partindo da orientação política de que um CA forte é uma entidade participativa, massiva e com amplos poderes de decisão para o conjunto dos estudantes do Curso, o movimento de reconstrução do CA de Pedagogia (CAPED) iniciou fazendo um trabalho de escolha dos representantes de turma. Por isso que em uma assembléia geral escolheu uma Comissão Provisória para realizar esse trabalho de politização e preparação do CA.

A escolha de representantes de turma foi um processo bonito de se ver. Movimentou as salas. A Comissão Provisória com seu boletim explicativo sobre o papel dos representantes e sua relação com a direção do CA, além da importância deles para a entidade, conseguiu incentivar as estudantes. As próprias estudantes se propunham a serem as representantes, defendiam seus pontos de vista e a disputa acirrada nos votos (houve turmas que a diferença do representante para o vice foi de apenas dois votos) demonstrou que o processo de politização das estudantes do curso estava caminhando. O mais importante de todo esse percurso foi a manutenção da unidade nas salas com representantes e vices trabalhando juntos em prol de sua turma e, conseqüentemente, de todo o curso. Apesar das disputas acirradas, os eleitos estão juntos e assim representam a totalidade da turma. Foi um processo que agitou o curso por um instante.

Passada a escolha de representantes de turma e com a batalha para o funcionamento do Conselho dos Representantes de Turma (CORETUR), a Comissão Provisória encerrou suas atividades em uma assembléia geral que escolheu a Comissão Eleitoral para encaminhar a eleição para a direção do CA. Nes-

ta mesma assembleia, deu-se a discussão sobre o voto universal. O processo de reconstrução do CAPED se dá simultâneo a luta pelo voto universal.

O processo de disputa pela direção do CA dividiu o grupo de defesa do voto universal e enfraqueceu a luta. Porém, é preciso compreender que nos movimentos democráticos dos trabalhadores as divergências são comuns. Em Pedagogia só existe divergências entre as estudantes do curso sobre o voto universal, por exemplo, porque é um movimento de participação massiva e democrática das estudantes. É um curso que mais realizou assembléias gerais, a base participa e tem direito a voz ativa. Em cursos como o de História, por exemplo, não há divergências entre os estudantes.

O CA de História caminha para a sua segunda gestão e não há divergências entre os estudantes. Isso ocorre porque a base não é convocada, a direção decide pelos estudantes, não há circulação de informações. Por isso, é um CA sem força, incapaz de mobilizar o conjunto dos estudantes do Curso mesmo que o teto de uma sala do seu corredor esteja por cair. Burocrático, tem uma direção, tem estatuto, mas é vazio da participação estudantil. Eis a diferença de um processo de construção do CA burocrático e outro que visa a participação massiva dos estudantes.

A Corrente Proletária na Educação (POR) esteve ao lado das estudantes de Pedagogia na reconstrução do seu CA. Participamos ativamente no processo de incentivo e politização das estudantes, visando a uma Entidade estudantil democrática e de massas. Agora, ao mesmo tempo, construímos a Corrente Proletária Estudantil (POR) que avançará na conscientização das estudantes de Pedagogia empunhando a luta radical contra a burocracia universitária.

PELO PODER ESTUDANTIL! SOBERANIA DAS ASSEMBLEIAS UNIVERSITÁRIAS COM VOTO UNIVERSAL. GOVERNO TRIPARTITE (presença de professores, estudantes e funcionários, com maioria estudantil) NAS UNIVERSIDADES.

ABAIXO A BUROCRACIA UNIVERSITÁRIA!

A luta em pedagogia pelo voto universal

Desde o semestre passado, nas eleições para Reitor, que em Pedagogia se dá a discussão sobre o voto universal. Na ocasião, em assembléia geral, após um longo trabalho do Comitê de Luta pelo Voto Universal, as estudantes de Pedagogia se posicionaram a favor da luta por essa bandeira política e se engajaram, juntamente com os estudantes de Comunicação Social e Campus de Natal, na luta pela verdadeira democracia e autonomia universitárias: o voto universal.

No semestre atual, nas eleições para diretor (a) da Faculdade de Educação (FE), o Comitê novamente foi ativado, através da ação da Corrente Proletária na Educação (POR) que convocou e formou, juntamente com várias estudantes de Pedagogia, o Comitê de Luta pelo Voto Universal nas eleições para direção da FE.

O Comitê realizou muitas reuniões e fez estudo de vários textos, tentando aprofundar seu conhecimento em defesa do voto universal. Infelizmente, em virtude de vários motivos, o Comitê não conseguiu impulsionar a luta massiva das estudantes de Pedagogia. O voto universal não é passível de ser conquistado se não for através de uma luta coletiva e determinada para vencer a resistência da burocracia universitária seja de esquerda (docentes organizados em partidos ditos de esquerda como o PT e PCdoB) e de direita (docentes abertamente defensores do sistema capitalista e, portanto, ideologicamente burgueses).

A fraqueza política das estudantes que formaram o Comitê (iniciantes no movimento estudantil), a pressão dos professores (abertamente burgueses, os ditos “anarquistas” e alguns petistas) e a divergência aberta pelos estudantes em Pedagogia identificados com o anarquismo, foram os obstáculos para o desenvolvimento da luta pelo voto universal.

Os estudantes próximos às ideias anarquistas iniciaram dizendo que a luta pelo voto universal não era prioridade. Após demonstrarmos a urgência da bandeira em virtude da proximidade das eleições para a direção da FE, mudaram de tática. Voltaram sua carga afirmando a necessidade de agregar outras bandeiras reivindicatórias. Esclarecemos que não havia divergência sobre isso. Porém, durante todo o processo, esses estudantes não apresentaram nenhuma outra bandeira a ser acrescentada ao movimento de luta. O que nos faz concluir

como pretexto para se opor a luta radical pelo voto universal.

Por último, afirmaram as eleições para a direção do CA como mais importante do que a luta pelo voto universal. Estranho “anarquistas” colocarem as entidades, o aparelho de direção de um CA, como mais importante do que a luta coletiva. Mas em nosso caso, não conseguimos ver diferença. Para nós, a reconstrução do CA de Pedagogia se faz concomitante à organização de luta das estudantes, não há diferença. Um CA de luta constrói-se no fogo da luta pelas reivindicações estudantis e não separadamente – primeiro a entidade depois as bandeiras de luta.

Assustados com a influência política da CPE/POR os estudantes “anarquistas” estavam combatendo fantasmas. Preconceituosos quanto à presença e intervenção dos partidos políticos, inclusive formados pelos trabalhadores, estavam lutando era contra a presença do POR no movimento. Incentivando o corporativismo entre as estudantes de Pedagogia com objetivo de afastar a participação do Partido, lembraram que o nosso militante era docente. Metade desses estudantes “anarquistas” estiveram conosco no Comitê na época das eleições para Reitor e nunca observaram o malefício da atuação do militante porista docente. Mas agora, tentando fazer o combate político sem ideias, fortalecem os preconceitos pequeno-burgueses como o corporativismo para tentar combater a expansão das ideias revolucionárias entre as estudantes de Pedagogia.

Enquanto estavam na Comissão Provisória, dirigiram as duas assembléias em Pedagogia (manhã e noite), onde se opuseram à votação sobre a posição favorável ou contra o voto universal. Não participaram mais do Comitê e realizaram uma campanha no grupo do voto universal na rede facebook. Para os anarquistas, o voto universal é uma bandeira de interesse de um partido e não interesse das estudantes de Pedagogia. Não pode compreender os anarquistas que não há diferença, neste caso, entre os interesses das estudantes de Pedagogia e os interesses do POR. O POR faz parte da comunidade universitária da FE, defende o voto universal independente dos estudantes. Mas as estudantes de Pedagogia têm interesse no voto universal e, portanto, os interesses, nesse caso, se unem.

O fato é que a discordância dos “anarquistas” enfraqueceu a luta, dividiu o Comitê e tornou-se um dos obstáculos para o desenvolvimento da conquista da reivindicação.

Mas as condições são favoráveis à luta democrática contra o autoritarismo burocrático. O voto universal mais uma vez foi propagandeado entre os estudantes; discussões foram realizadas e aprofundamos nosso entendimento. A conscientização política de classe dos estudantes de Pedagogia desenvolvem-se de maneira a potencializar a luta futura. A burocracia universitária se enfrentará no futuro com um grande movimento de massas reivindicatório e revolucionário.

Adquira com o distribuidor deste jornal

Chile:
o campesinato
e as mudanças
na estrutura
agrária desde a UP



© movimento camponês e a unidade Popular (UP)
A contrarrevolução pinchevista
© campesinato sob a democracia burguesa compactada

Partido
Operário
Revolucionário **MASSAS**

PT:
10 anos no poder
do Estado burguês



A ditadura militar e a formação do PT
A ascensão eleitoral nos anos 1980/90
Os governos Lula e Dilma (2003/2013)
As tarefas dos revolucionários

Partido
Operário
Revolucionário **MASSAS**

Conferências
Regionais
do POR



Julho de 2013

Manifestações de Junho:
As massas impõem sua
soberania nas ruas

Partido
Operário
Revolucionário **MASSAS**

Nota sobre o documento “A perseguição da Ditadura Militar à Convergência Socialista”

O PSTU realizou um ato em homenagem “aos presos e perseguidos políticos da Convergência Socialista”, no TUCA da Pontifícia Universidade Católica, no dia 25 de outubro. A homenagem faz parte da 77ª caravana da Anistia do Ministério da Justiça. Aguarda-se uma seção pública de “apreciação de requerimento de anistia de 25 militantes” da ex-Convergência Socialista.

Como parte dessa campanha, o PSTU publicou o documento “A perseguição da Ditadura Militar à Convergência Socialista”. É composto dos seguintes textos: Breve história da corrente trotskista morenista no Brasil; 1964: a página que não virou; Relato sobre a perseguição da Ditadura militar à Convergência Socialista; Operários contra a ditadura.

Dois pontos nos interessaram: o objetivo do documento de reivindicar reparações e a breve história da Convergência Socialista.

Não resta de dúvida que o PSTU se tornou uma corrente de esquerda importante no Brasil (na Argentina, o PSTU é uma das frações resultante da divisão do morenismo, continua sendo o seu tronco, mas perdeu a influência que teve o antigo Movimento ao Socialismo-MAS).

Foi a corrente formada nos anos 70 e que reivindica do trotskismo que padecia de maior repressão, como demonstra o documento que comentamos. Não porque fosse a mais forte na época, mas porque trilhou, por exemplo, um caminho distinto da Organização Socialista Internacionalista –OSI, conhecida pelo jornal O Trabalho, que hoje se acha completamente adaptado ao PT. Dizemos caminho distinto porque os morenistas se lançaram ao trabalho aberto pela formação de um partido socialista, quando ainda o País estava sob a ditadura militar, embora em seu estertor. Mas o fato é que a Convergência Socialista foi duramente perseguida pelo regime militar.

Nossos comentários não seguem a ordem da publicação “A perseguição da Ditadura Militar à Convergência Socialista”.

Sobre a repressão, a reparação

Observamos que o documento evita fazer considerações sobre o processo de investigação dos crimes da ditadura iniciado pelo Estado burguês, ainda sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. E, posteriormente, desenvolvido pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

É imprescindível que se diga claramente que nenhum governo da burguesia e nenhuma instituição do Estado irá apurar, punir os responsáveis e dismantelar os órgãos de repressão herdados da ditadura. Está aos nossos olhos o caso da Argentina, que mais longe o Estado foi com as punições. Não se expuseram todos os responsáveis, mantêm-se ocultos agentes da burguesia (imprensa, Igreja, associações patronais, etc.) implicados no golpe e na mortandade. Não se pode omitir a verdade histórica, seja lá por que razão for.

No caso, o PSTU reivindica a reparação material. O documento não faz uma caracterização do processo que se instituiu sob a bandeira de “Direito à Memória e à Verdade” e sob a meta de indenizar as famílias dos mortos e desaparecidos, bem como aqueles que sobreviveram à ditadura e foram atingidos pela repressão (muitos sequer eram militantes de esquerda).

A posição fundamental de Fernando H. Cardoso foi a de tão-somente atender a reivindicação do movimento dos familiares (Igreja, ativistas dos direitos humanos, advogados, militantes, etc.) de esclarecer os casos de desaparecimentos, assassinatos e torturas, reconhecer a responsabilidade do Estado e indenizar as famílias.

A ideia de responsabilização do Estado e de reparação teve e tem por objetivo passar uma borracha nos crimes da ditadura. Não por acaso, os familiares e ativistas consideraram a Lei 9.140 e a criação da

Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos muito aquém do pretendido. A posição do governo era a de negociar com as Forças Armadas uma saída que não atingisse em nada. Tratava-se de saber quem tinha direito à reparação. Abriu-se todo um procedimento jurídico de indenização.

Lembramos ao PSTU que essa etapa do Direito à Memória e à Verdade foi envolvida por uma atmosfera de interesses espúrios, de negociação de valores, de demagogia e hipocrisia. Não havia como ocultar que se negociava a memória dos que tombaram e a verdade histórica do golpe militar.

O texto “1964: a página que não virou” faz uma crítica referente aos arquivos mantidos a “sete chaves, sob a guarda do Exército” e à incineração de parte deles. Essa é uma das poucas menções críticas ao processo. No entanto, não objetiva demonstrar que pelo Estado, pela Comissão Verdade (limitada pelo Estado) não se apurará até o fim as responsabilidades. A Comissão de Anistia serviu tão somente para apurar quem devia receber a indenização.

Eis o sentido da crítica do PSTU às “sete chaves” dos generais: “Abrir os arquivos da ditadura significa possibilitar que centenas de famílias e vítimas sejam reparadas e indenizadas pelos danos que sofreram.” Esse é um objetivo mesquinho dos familiares, de jornalistas, artistas, de ex-militantes e de correntes políticas.

Os estrategistas da “abertura democrática” fizeram a transição sem tocar em um fio de cabelo do principal braço da ditadura, que são as Forças Armadas e as Forças Policiais. O “Direito à Memória e à Verdade”, assim, não passa de uma maquiagem na ditadura de classe da burguesia. Fernando H. Cardoso cumpriu o papel de maquiagem a face do regime militar com as chamadas reparações (indenizações). E o movimento pequeno-burguês o ajudou negociando a memória dos que tombaram.

Nenhuma corrente revolucionária pode omitir a denúncia de que a Lei da Anistia serviu apenas para proteger os agentes da ditadura. O PSTU recorre à Comissão sem condenar e combater a Anistia. É preciso dizer claramente que a instituição da Comissão Nacional da Verdade pelo governo Lula resultou de uma negociação com as Forças Armadas para que não se tocassem na Lei da Anistia, que segundo os generais serviu para ambos os lados e para a conciliação dos brasileiros. Jamais isso pode ser desconhecido ou abrandado, principalmente em um documento como o “A perseguição da Ditadura à Convergência Socialista”.

O Partido Operário Revolucionário se opôs à utilização das indenizações como instrumento de conciliação e de proteção dos agentes da ditadura. Levantou e levanta a bandeira de constituição de um **Tribunal Popular**, baseado em assembleias e mobilizações de massa. Sem uma posição e organização independentes do Estado, dos partidos burgueses e aparatos paraestatais, não há como impor as reivindicações democráticas e avançar a luta pela destruição da ditadura de classe da burguesia.

Para uma organização que se diz revolucionária, socialista, compactuar com a via distracionista das indenizações é um flagrante contrassenso.

Rechaçamos ocultar a função real da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão de Anistia

Não se deve e não se pode iludir com a Comissão Nacional da Verdade, implantada no governo de Lula. Inúmeros governos e assembleias legislativas implantaram a Comissão da Verdade local. Em

várias universidades, o mesmo se fez. Calcula-se que existem cerca de 100 Comissões. Muitas foram às audiências públicas, reuniões e atos. Mas tudo se passa oficialmente e pelo alto. A classe operária permanece à margem.

As forças hegemônicas burguesas, pequeno-burguesas e burocrático-sindicais impuseram um curso de “reconciliação nacional”. No âmbito da qual cabem tanto aqueles que querem apenas os esclarecimentos e as indenizações e aqueles que defendem a punição de torturadores e assassinos identificados, como é o caso do coronel Ulstra.

A Comissão Nacional da Verdade foi criada com a ordem precisa de não investir contra a Lei da Anistia, que serviu de proteção aos agentes da ditadura e seus colaboradores. Demonstrou claramente que não tem poderes diante dos generais que queimaram arquivos e que dizem não a qualquer investigação a respeito.

O que diz o documento do PSTU a respeito? Nada! Ao contrário, elogia a Comissão de Anistia, que é parte dos procedimentos oficialistas voltados à reparação e ao esquecimento. O texto “Relato sobre a perseguição da Ditadura militar à Convergência Socialista” conclui: “Pelas razões expostas anteriormente, e pelas amplas provas de que apresentamos de perseguição política e danos sofridos, solicitamos a esta Comissão, com todo o respeito que nos merece pelo trabalho que vem desenvolvendo, que seja dada a atenção especial aos processos de Anistia dos militantes da Convergência Socialista.”

O “trabalho” dessa Comissão foi o de aplicar a diretriz de Fernando H. Cardoso de concentrar toda linha de apuração aos crimes da ditadura às indenizações.

Implantação do morenismo no Brasil

O texto “Breve história da corrente trotskista morenista no Brasil” se limita a descrição do surgimento e desenvolvimento partidário que concluiu com a sua consolidação no PSTU. Os morenistas não se preocuparam quanto ao essencial na história de um partido: o programa. Reivindicam o trotskismo sem dar a mínima atenção à relação entre a organização partidária e os fundamentos programáticos.

Introdutoriamente, diz-se que “a história da assim chamada corrente trotskista ‘morenista’ no Brasil é fundamental não só para os jovens revolucionários ou os que aderiram há pouco e que querem conhecer nossa origem.” Esse objetivo, no entanto, para ser atingido deve estar sob o método do materialismo histórico. O partido se forma na luta de classes tendo por base e guia o programa e a teoria marxista da revolução proletária.

Os militantes do PSTU e a vanguarda militante não encontrarão uma exposição dialética entre partido, programa e classes sociais. É preciso se perguntar o porquê. Em nosso entendimento, a resposta está no fato de os morenistas não construírem o partido a partir do programa. O que os coloca na contramão do marxismo-leninismo-trotskismo.

Esta constatação não é de agora. Na revista Socialismo Científico, de janeiro/março de 1998, editada pelo POR, publicamos um artigo intitulado “Da Convergência Socialista ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), trajetória do centrismo pela constituição de um Partido Socialista (PS). Mostramos a relação inicial dos militantes da Liga Operária/PST com o MDB e seu objetivo de criar um PS com setores sociais-democratas. Para isso, o programa deveria ser produto de um acordo de distintas posições, que chegassem a um denominador comum (programa mínimo). Aplicava-se a tática de Nahuel Moreno de estabelecer uma frente entre todos que se autodenominavam socialistas para parir um partido.

O PSTU deveria editar como parte de sua história documentos da época, em particular o denominado “Por que o Partido Socialista”. Aí está formulado o fundamental da concepção morenista de partido

sem programa, portanto, centrista.

Não desconhecemos que os morenistas se guiam por aspectos programáticos. Desde a origem definiram a estratégia de **governo dos trabalhadores**, que teria por objetivo realizar a “construção de um Brasil Socialista”, caracterizaram o País como capitalista dependente do imperialismo, levantaram a bandeira da libertação nacional, coloram-se pela luta contra “o regime capitalista e a burguesia nacional”, etc.

Mas aspectos programáticos não é o programa, que expõe as leis do desenvolvimento histórico do país, como parte do capitalismo mundial, o caráter de classe da revolução, a estratégia da ditadura do proletariado, a aliança de classe, a tática correspondente, os métodos de luta, as tarefas nacionais e o internacionalismo. A decisão de criar um partido socialista como resultado da confluência de militantes com experiências realizadas na política burguesa e pequeno-burguesa distintas (ex-nacionalistas, ex-posadistas, ex-estalinistas, ex-peemedebistas, ex-católicos, etc.), porém, não comportava uma clara definição programática. Essa herança não marxista da Convergência Socialista se conservou na fundação do PSTU, apesar das adaptações e aproximações com o trotskismo.

A estratégia de **governo dos trabalhadores** definiu o caráter geral dos aspectos programáticos do centrismo. Dissolveu o proletariado na fórmula geral “**trabalhadores**”. A exposição da estrutura de classe do Brasil e de seu desenvolvimento histórico é imprescindível para o programa marxista. O que os morenistas se negaram e se negam a fazer.

Não por acaso, não se orientaram em construir o partido sob o princípio e a estratégia da **ditadura do proletariado**. O “socialismo” reiteradamente propagandeado não é defendido como transformação do capitalismo por meio da **revolução proletária**.

Nota-se que as mais variadas formas de centrismo, que se derivaram do revisionismo e da desintegração da IV Internacional, se abrigam sob a fórmula de **governo dos trabalhadores**. Rechaçaram, assim, a forma do **governo operário e camponês**, que corresponde aos países semicoloniais.

Todos os demais aspectos programáticos do PSTU estão determinados por essa formulação anti-marxista da estratégia de poder.

Segundo a avaliação dos redatores da “Breve história da corrente trotskista morenista no Brasil” se encerrou uma etapa no Congresso de outubro de 1979. Das cinco frações que se apresentaram, três romperam com a Convergência Socialista. Passava-se, segundo os redatores, à construção de uma “organização revolucionária nos moldes do partido bolchevique”.

Na realidade, a cisão representou o triunfo da fração centrista, cuja expressão internacional se encontrava na Fração Bolchevique, liderada pelo argentino Nahuel Moreno. A fração à direita acabou debandando para a Democracia Socialista, que se organizava como seção do Secretariado Unificado, dirigido por Ernest Mandel. A fração à esquerda que defendia um partido leninista não foi capaz de se pôr em pé.

Os redatores apenas descrevem ligeiramente a crise de outubro de 1979. Os relatos dos morenistas, quase sempre, são seletivos e superficiais. Não lhes interessa mostrar as contradições que levaram à formação das frações e à ruptura. Contradições essas que apareceram em torno da posição de constituir um Partido Socialista sem programa (no sentido marxista do conceito).

É uma impropriedade a afirmação de que finalmente a Convergência Socialista havia superado a prova de se construir nos moldes do partido bolchevique. A Convergência Socialista e depois o PSTU estão distantes no essencial do bolchevismo, que estabeleceu uma relação indecomponível entre a organização partidária e o programa.

Nesta edição:

- Argentina: Balanço das eleições legislativas de outubro
- Argentina – A eleição da FIT
- Atrito no Mar do Leste da China
- Acordo Estados Unidos-Irã para limitar e controlar o projeto nuclear iraniano

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Argentina: Balanço das eleições legislativas de outubro

As eleições não resolvem nenhum dos problemas da população, tampouco o Congresso e as Assembleias Legislativas provinciais. Verificou-se, como em todas as eleições, de que modo um punhado de chapas torraram enormes quantias de dinheiro para se impor durante a campanha. Caríssimas agências de publicidade apresentaram os candidatos como se fossem produtos comerciais.

As eleições são uma instituição da democracia formal que têm por objetivo fazer crer que todos os cidadãos são iguais na hora de escolher seus representantes. Legitima o sistema “representativo” mediante o qual a participação cidadã se limita a votar a cada dois anos. As formas democráticas são o melhor sistema para ocultar a ditadura da burguesia, que é o verdadeiro poder, e que está nas mãos de uma ínfima minoria proprietária dos principais meios de produção.

As eleições serviram para promover algumas figuras políticas de olho nas eleições presidenciais de 2015. Embora o comportamento eleitoral da população varie notavelmente entre eleições, que incluía a votação para presidente e as eleições somente legislativas, se destaca que 90% dos votos foram dirigidos a candidatos e chapas que defendem a propriedade privada (o capitalismo), votando majoritariamente em seus verdugos.

O kichnerismo continua sendo a principal força eleitoral, ainda que perdendo 20% dos votos em comparação com as eleições presidenciais de 2011, e mesmo que perdesse o controle do Congresso, nada teria mudado para a população.

Perdeu por vários motivos. Os principais são: elevada inflação, a insegurança e os impostos sobre os salários. Acrescente-se a isto um discurso oficial que deforma constantemente a realidade em que se vive e não responde às reivindicações mais sentidas. Não falamos do “voto castigo”, quando se votou massivamente pelas alternativas eleitorais iguais ou piores que a do próprio oficialismo. O retrocesso eleitoral é um fator de crise política adicional nas fileiras do governo.

Todas as frações da burocracia sindical apoiaram os diversos candidatos patronais. O mais significativo foi a grande derrota de Moyano que apostou em De Narváez e que, uma vez conhecidos os resultados, começou a se deslocar para o setor de Massa.

É uma novidade, desde 2011, com as PASO (primárias abertas, simultâneas e obrigatórias), que, sobrassem poucos partidos e frentes na hora da votação final, e que se distribuíssem as pautas publicitárias e os re-

ursos para imprimir as cédulas muito diferentes das eleições anteriores, permitindo que apareçam nos meios de comunicação candidatos e chapas desconhecidos da grande maioria.

A participação nas eleições foi importante, atingindo quase 80%, ainda que o entusiasmo das campanhas fosse limitado. Houve uma campanha para lembrar que os não votantes deveriam justificar sua ausência ou seriam penalizados com multas, que, em alguns casos, começaram a se aplicar. Foi evidente a pressão para que se percebesse que o voto é obrigatório.

Na propaganda de todos os partidos e candidatos que se apresentaram, de toda a publicidade nas rádios, televisões e jornais, assim como na propaganda gráfica, não se verificou a presença da política da classe operária. A FET mencionou bandeiras como o salário, aposentadoria ou impostos sem dizer com que métodos serão conquistados, sem denunciar o papel das eleições e do Congresso, nem a necessidade de liquidar o capitalismo. Tendo conseguido 1.200.000 votos (5% do total), 3 deputados (uma a mais está sendo disputada em Córdoba) e deputados provinciais, melhorou muito em relação ao seu desempenho anterior. É uma alternativa eleitoral não-patronal, mas não-revolucionária. São democratizantes, contribuem a alimentar as ilusões na democracia. Em alguns lugares, o seu melhor desempenho se deveu ao fato de que suas chapas eram encaixadas por lutadores reconhecidos.

Os votos brancos e nulos superaram o 1.000.000 de votos, o que mostra uma grande rejeição ao eleitoralismo, pois, tendo alternativas desde a esquerda democratizante ao nazi Biondi, deram as costas aos candidatos e chapas. Atingiu os seguintes registros: 6,75% na cidade de Buenos Aires; 340.000 votos na Província de Buenos Aires; 7,50% no Chaco; 11,35% em Jujuy; 6,50% em Neuquén – 23.000 votos –; 6,80% em Rio Negro; 12,4% em San Luis; 7,50% em Santiago del Estero; 12,20% em Tierra del Fuego.

Diante do esvaziamento político de todas as campanhas eleitorais, de todos os candidatos e partidos, a campanha do POR enfatizou o caráter de farsa eleitoral, interveio com panfletos, pichações, cartazes para levantar a voz da classe operária, propagandeando sua estratégia comunista, de revolução e ditadura proletária. Afirmando que as reivindicações da classe operária só se conquistam mediante a ação direta. Defendendo a necessidade de liquidar a dominação imperialista e expulsando as multinacionais.

(Extraído do Jornal Massas, nº 281, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Argentina – A eleição da FIT

A FET (Frente de esquerda e dos trabalhadores) cresceu eleitoralmente atingindo 5,11% dos votos, elegendo assim três deputados nacionais e vários legisladores nas províncias.

O sistema das PASO (primárias abertas, simultâneas e obrigatórias) favoreceu à FET, sem o querer, ou pretendendo deixá-la de fora das eleições,

supondo que não alcançaria os votos necessários para concorrer às eleições gerais. O certo é que a esquerda centrista, apesar de toda sua mesquinhez, viu-se obrigada a juntar-se numa frente para não ficar de fora da disputa.

O sistema das PASO simplificou o cardápio eleitoral ficando reduzido a um punhado de organizações que conseguiram superar o obstáculo das

primárias. Na Província de Buenos Aires, participaram seis chapas, das quais quatro eram peronistas. Em Catamarca, quatro chapas; no Chaco, três; assim como em Formosa; Jujuy, sete; em Mendoza, seis; Neuquén, oito; Rio Negro, quatro; em Santa Cruz, cinco.

A FET arregimentou o voto de outros setores de esquerda eleitoral que se desagregaram, ficaram limitados a expressões locais ou colocaram-se por detrás de variantes patronais. O Partido Comunista incorporou-se às fileiras oficialistas, setores do morenismo foram atrás da chamada *centro-esquerda* e, o setor de Pino Solanas integrou-se grosseiramente às fileiras da mais recalcitrante oposição patronal. A FET também colheu o voto de um setor que começa a romper com o kichnerismo.

Quando restaram menos chapas e tiveram acesso à publicidade oficial – o que permitiu uma grande quantidade de inserções no rádio e na televisão durante meses – seus candidatos puderam ser mais conhecidos. Há que acrescentar ainda que tiveram a favor deles o espaço dos meios de comunicação da oposição patronal ao governo que, como nunca, limitaram-se a fazer anti-kichnerismo.

Neste cenário de desagregação dos principais partidos patronais, notáveis lutadores receberam votação significativa em algumas províncias.

Já explicamos antes quais são as nossas críticas políticas: 1) pelo método como se constituiu a FET; 2) pelo seu programa centrista; 3) pela sua campanha eleitoral vazia de conteúdo político, sem fazer propaganda revolucionária, alimentando as ilusões democráticas; 4) por não defender que somente mediante a ação direta das massas – a greve geral em primeiro lugar – se podem impor as reivindicações apresentadas na propaganda eleitoral (rádios e televisão), e nunca por meio das leis, nunca como produto do processo legislativo, do convencimento dos legisladores patronais. A declaração mais politizada da Frente não foi popularizada e nem as propostas aí colocadas foram defendidas nos meios de comunicação.

Repetimos, os partidos e as frentes não têm duas políticas, uma para as massas e outra para os militantes ou para a vanguarda. Tem uma única política e é a que se expressa quando se dirigem às massas. A frente repetiu as piores práticas do passado do morenismo.

O voto na FET tem um conteúdo democratizante. Muitos daqueles que votaram, seguramente, o fizeram pretendendo romper com aqueles setores que se deslocaram vergonhosamente da oposição patronal ao governo, ou que querem romper com o kichnerismo com o qual se frustraram. Falamos de um setor que representa 2/3 do eleitorado nacional. Os candidatos que representam o peronismo, somados, superam 50% dos votos.

O divisionismo na vanguarda é uma constante nas organizações

Atrito no Mar do Leste da China

A decisão do governo chinês de criar a Zona de Identificação de Defesa Aérea no Mar do Leste da China foi respondida pelos Estados Unidos com o descumprimento. Aviões de guerra sobrevoaram a região. Em seguida, o Japão e a Coreia da Sul fizeram o mesmo em um gesto de desafio à China. Indicaram que não acatam a Zona de Identificação. Testaram a disposição do governo chinês em usar a força para fazer valer a decisão. Esse foi o clima criado em fins de novembro.

Os Estados Unidos tinham claro que Pequim não iria revidar. O envio do aparato de guerra chinês, no entanto, indica que o conflito poderá se agravar.

Exibida a demonstração de força, o vice-presidente dos Estados Unidos se deslocou para o Japão, demonstrando que como guardião imperialista da Ásia não permitirá que a China se imponha perante os aliados. Não se trata tão somente dos interesses da burguesia japonesa, sul-coreana e filipina (as duas últimas são serviços do imperialismo ianque e japonês), mas também, e sobretudo, dos interesses estratégicos da burguesia norte-americana.

As ilhas Diaoyu/Senkaku em disputa pela China e Japão valem mais que posições geográficas estratégicas, estão em uma região de gás natu-

que integram a FET, nem suas próprias forças conseguem atuar unitariamente, muito menos em relação ao restante da vanguarda. A unidade para as eleições nasceu do oportunismo e dificilmente poderá superar essa falha de origem. Seu método de construção é a disputa entre os aparatos das organizações que a integram, reproduzindo os métodos da politicagem patronal, ao invés de convocar plenárias abertas de toda a vanguarda onde se pode discutir o programa e as candidaturas que o expressem. Tiveram tempo para isso. Não tiveram foi vontade política para trilhar esse caminho. Uma frente constituída com esses métodos só pode projetar sobre sua intervenção as mesmas características. Durante vários meses, seus integrantes debateram a convocação para a construção de um partido dos trabalhadores, mas essa ideia foi abandonada e nem se fala mais disso. Qual o estágio atual do debate? Qual foi o método para resolver as diferenças entre os partidos da frente?

Na recente luta na Universidade de Buenos Aires, durante uma mobilização de rua, as organizações da FET pediram para ficar longe das cercas de proteção... para não serem fotografados ou filmados aplicando métodos de ação direta, certamente com receio de perder votos. Mas também fora do período eleitoral, fizeram questão de se diferenciar dos atos de “vandalismo” quando explodia a fúria popular.

Nós alertamos sobre esta conduta, mas, também alertamos que, diante da crise do seu democratismo, quando se chocar com as tendências mais profundas das massas a se rebelarem e passarem por cima das instituições, é provável que adotem atitudes ultra esquerdistas para readaptar-se, ou, burocráticas para impedir que se radicalizem as posições políticas das massas. Assim atuam as correntes centristas.

Já os vimos em ação nas assembleias de 2001/2002 batalhando e manobrando para impor delegados que defendiam a estratégia de Assembleia Constituinte! Que também a apagaram, nos últimos anos, dos seus programas sem nenhum balanço.

Chamamos os militantes da FET e seus simpatizantes a romper com esta política eleitoralista, a deixar de armar agendas legislativas e projetos de lei, a não gastar energias desviando o curso da luta de classes e a adotar o caminho dos princípios, o caminho da propaganda revolucionária, desenvolvendo as tendências mais profundas das massas à ação direta. Afirmando com todas as letras que não é possível reformar o capitalismo, que para fazer-lhes pagar o preço da crise devemos derrubar o Estado e expropriar o grande capital.

(Extraído do Jornal Massas, nº 281, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

ral. Lembremos que em abril de 2012 o conflito se acirrou diante do anúncio do prefeito de Tóquio de que iria comprar três das ilhas denominadas pelos japoneses de Senkaku que pertenceriam a uma família. A antiga pendência, agora, como se vê, ganhou novas proporções com a ascensão econômica da China e declínio do Japão.

O avanço dos Estados Unidos na Ásia após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia foi gigantesco. Impôs-se a divisão da Coreia, garantiu-se a separação de Taiwan (Formosa) e estendeu-se o poderio sobre as Filipinas, etc.

A China enfrentou durante todo o século XIX invasões colonialistas pela Inglaterra, Japão, França e Rússia. Com a Inglaterra, travou duas guerras, as Guerras do Ópio (1839/1842 e 1856/1860), que resultaram finalmente no controle inglês de Hong Kong até julho de 1997. A França arrancou-lhe em 1885 o território de Anã, que se tornou o Vietnã. No final do século XIX, a China teve de ceder ao Japão a Coreia e Formosa. O movimento nacionalista de reconquista dos territórios – a Guerra dos Boxers de 1898 a 1900 – foi esmagado pelas forças que já se caracterizavam como imperialistas. O capitalismo mundial chegava à sua fase monopolista e de

domínio do capital financeiro. O Japão se alçava como potência na Ásia.

Em 1931, como sintoma da Segunda Guerra Mundial, a burguesia japonesa ocupou militarmente a Manchúria. Na resistência anti-imperialista, o Partido Comunista Chinês se potenciou e dirigiu as massas à tomada do poder em 1949, criando a República Popular. A revolução proletária expropriou a burguesia e estabeleceu a propriedade estatal dos meios de produção. Foi uma das vitórias mais significativas do proletariado mundial depois da Revolução Russa. Impôs ao imperialismo a independência nacional do País, rompeu os elos da cadeia da opressão nacional e estabeleceu a transição para o socialismo.

A estalinização, porém, lhe foi fatal. O Partido Comunista assumiu o socialismo nacional. A ruptura entre a União Soviética e a China acabou por revelar o conteúdo reacionário do nacionalismo, mascarado de internacionalismo marxista (estalinista/maoísta). Serviu ao cerco econômico do imperialismo. A União Soviética desabou sob a condução da burocracia. A China enveredou por um caminho particular da restauração, conservando a ditadura burocrática do Partido Comunista (de comunista só tem o nome).

A transformação de sua gigantesca população e de sua economia em alavanca do capitalismo em desintegração a colocou no centro das contradições mundiais. Deve se submeter integralmente ao imperialismo como semicolônia, ou terá de enfrentá-lo militarmente. Os conflitos no Pacífico – no Mar do Leste com o Japão e Coreia do Sul e no Mar do Sul com Vietnã, Filipinas, Malásia e Taiwan – são o prenúncio do choque de interesses que se passa na situação em que a redivisão do mundo promovida pela Segunda Guerra Mundial se acha esgotada.

Há vários pontos de atrito além dos da Ásia em que a China comparece como protagonista, particularmente na África. Não devido apenas ao fato de abarrotar os mercados regionais de mercadorias mais baratas, mas também de ter de alcançar o controle de fontes de matérias primas.

A orientação da burocracia estatal e do PCCh de aproveitar os espaços para se expandir internacionalmente e ao mesmo tempo ceder espaços em sua economia às potências – que exigem novas medidas de restauração –, de

maneira a sustentar o quadro de relações multilaterais pacíficas, já esbarra nos obstáculos que se erguem da crise mundial. O imperialismo vem potenciando suas tendências bélicas. E a China está obrigada a acompanhá-las.

O Japão não tem mais como manter as exigências dos vencedores da Segunda Guerra de se manter desarmado. Crescem as pressões internas para o Estado responder às novas condições da crise geral do capitalismo e em particular aos seus impasses. Os Estados Unidos voltaram sua atenção para a Ásia, onde se concentra cerca de 70% da população mundial e por onde se realiza os poderosos fluxos comerciais. Obama reforçou a ascendência norte-americana sobre as Filipinas, Malásia, Brunei, Coreia do Sul, etc. Mas também está envolto no processo de decomposição do capitalismo e é a principal locomotiva do desastre econômico. Os conflitos no Mar do Leste e do Sul da China servem de motivo para o nacional-imperialismo japonês reestruturar sua máquina de guerra.

Não há dúvida de que no caso de um choque entre a China e a aliança imperialista Estados Unidos e Japão coloca-se a defesa da China. Mas é preciso empunhar o programa da revolução política. Somente o proletariado chinês poderá estabelecer uma posição internacionalista, capaz de seu opor ao nacionalismo restauracionista do PCCh.

A ditadura burocrática bloqueou a formação de uma oposição revolucionária. Mas esse é apenas um dos fatores. O principal, provavelmente, se encontra na influência histórica do estalinismo. É o que se pode depreender da penetração das teses nacionalistas de Stálin no Partido Comunista, que por ter dirigido a revolução impossibilitou a formação de um partido marxista-leninista-trotskista. A dissolução da IV internacional, por seu turno, contribuiu decisivamente para o maoísmo esmagar o surgimento e organização de uma oposição que empunhasse o programa da revolução política.

Como não se trata somente de descrever e de entender o conflito no Mar do Leste da China, mas de tomar uma posição revolucionária, é imprescindível levantar a bandeira da construção do partido marxista-leninista-trotskista e do programa da revolução política elaborado em suas linhas gerais por Trotsky no Programa de Transição da IV internacional.

Acordo Estados Unidos-Irã para limitar e controlar o projeto nuclear iraniano

Não se alteraram as tendências bélicas

Depois de 33 anos de permanentes conflitos, o acordo entre o Grupo 5+1 (Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Inglaterra, França e China) com o Irã para limitar seu projeto nuclear não supera o impasse no Oriente Médio, de caráter mundial. O 1º ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, se opôs, afirmando que o “pactuado em Genebra não era um acordo histórico, mas, um erro histórico”, do mesmo modo que a Arábia Saudita e Qatar. A França tentou bloquear o acordo aproximando-se de Israel, para finalmente aceitá-lo contrariada.

A imprensa monopolista celebrou o acordo “sem vencedores nem vencidos”. Obama recuperou sua máscara de “progressista”. A União Europeia compareceu como um bloco assentado no direito internacional, com diferenciações internas. O Irã, por sua vez, disposto a se integrar ao comércio e às relações políticas mundiais.

Um acordo diplomático não é senão o resultado de um determinado equilíbrio instável que reflete a desigual correlação de forças econômico militares entre potências e semicolônias. O acordo tem sim “vencedores e vencidos”. Trata-se de agora de determinar quem é quem.

O caminho para o acordo

A ata é produto de oito meses de reuniões secretas entre os governos norte-americano e iraniano. As conversas se iniciaram em Omã. A União Europeia e Israel souberam dessas deliberações alguns meses antes do pacto, segundo a agência de notícias AP.

O subsecretário de Estado norte-americano William Burns e o conselheiro de política exterior Jake Sullivan se reuniram com funcionários

iranianos cinco vezes. As últimas quatro ocorreram depois das eleições, nas quais Rohani saiu vitorioso em junho. Esses pré-acordos favoreceram uma saída negociada para a Síria. Os perigos de uma intervenção para os interesses norte-americanos, chineses e russos favoreceram a via diplomática. Os Estados Unidos tiveram assim de contrariar temporariamente seus aliados na região.

Entre os “perdedores”, encontram-se o Irã, Israel, Arábia Saudita, Qatar, Turquia e também a França. Paris havia assinado em agosto um contrato para fornecimento de armas a Arábia Saudita por um bilhão de euros. Seu destino era seguramente a guerra na Síria ou no Irã. Em julho, veio à tona um acordo entre Irã, Iraque e Síria para construção de um gasoduto para transportar gás natural do Irã até a Europa, afetando diretamente o Qatar, Arábia Saudita e Turquia, principais fornecedores e transportadores de gás e petróleo ao continente. Os atritos atuais entre estes países e os Estados Unidos refletem esse processo.

A necessidade dos Estados Unidos de reforçarem suas posições na Ásia e África sem envolver-se em conflitos bélicos que possam retardar seus planos de bloquear a China, viabilizaram o acordo, a despeito de seus “históricos” aliados. Ao mesmo tempo, ao brecar-se a intervenção na Síria, a Rússia preservou milionários contratos que tem nesse país (armas, energia, turismo, infraestrutura, etc.) estimados em 19 bilhões de dólares. Em princípio, resguardou-se sua base naval de Tântus, no Mediterrâneo. Por sua vez, a China mantém em pé seus interesses que, segundo indica a Comissão Europeia, chegam

O compromisso assinado

A Ata-acordo compromete as potências a não impor novas sanções econômicas ao Irã. Permite a venda de petróleo iraniano aos seus atuais clientes, em nível de sua produção atual; permite a “repatriação” de 4 bilhões de dólares conseguidos com a venda do petróleo (congelados nas suas contas do exterior) e que foram confiscadas pelo imperialismo como forma de afogar a economia iraniana; suspendem-se, além disso, as “sanções” sobre exportação de produtos petroquímicos, ouro, metais preciosos e indústria automobilística; e também permitem-lhe retomar a importação de peças de reposição para os aviões.

O Irã, por seu lado, se compromete a manter a importação de produtos agrícolas, remédios, equipamento médico, etc. Fica obrigado a deixar de enriquecer o urânio acima de 5% e inutilizar seu estoque de urânio enriquecido a 20% (índice acima do qual pode desenvolver potencial militar nuclear). Não poderá instalar mais centrífugas para enriquecimento de urânio (quer dizer, metade dos atuais 16.000 não poderá funcionar). Está proibido de funcionar um reator nuclear de água pesada em construção em Arak. E não está permitido produzir plutônio com o combustível nuclear já utilizado. Finalmente, se lhe impõe o controle da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), que será permanente e colocará o seu programa nuclear sob fiscalização das potências imperialistas.

Em troca de ajoelhar-se perante o poderio imperialista, o regime iraniano terá um breve respiro em sua economia, marcada por uma inflação anual de 40%, um desemprego de 20% e uma ociosidade de cerca de metade de sua capacidade produtiva. Como se vê, o que conseguiu é insignificante e denuncia o domínio imperialista sobre a economia e o comércio exterior iraniano. A suspensão das “sanções” favorece a importação de capital e dinamiza os investimentos dos monopólios estrangeiros. O acordo se mostra pior se se leva em conta que as exportações de petróleo do Irã são 60% menores do que há dois anos. O “benefício” econômico para o país não chega aos 7 bilhões de dólares.

Os Estados Unidos, que vantagem levam?

Em primeiro lugar, evitam uma crise revolucionária no Irã que poderia projetar-se para toda a região, facilitando a irrupção radicalizada das massas. Em segundo, o Irã tem no seu território a quarta maior reserva comprovada de petróleo do mundo, reserva necessária para controlar os preços mundiais do óleo e manter sob seu controle as margens de relativa independência da feudal-burguesia da Arábia Saudita para dominar o mercado e fixar os preços de referência. Em terceiro, porque ao aprofundarem-se as tendências bélicas na Ásia e África, o controle do estreito de Ormuz (por onde passam 35% do petróleo mundial) é de vital importância estratégica para fechar as vias de abastecimento da China na África e Ásia. Por último, porque necessita contar com bases de apoio regionais que não estejam sob fogo inimigo, caso se disponha aprofundar sua intervenção contra China ou Rússia diante do agravamento da guerra comercial.

O imperialismo norte-americano pode declarar-se o real vencedor da batalha diplomática: impôs severos limites ao desenvolvimento soberano do programa nuclear iraniano, determina o curso geral de sua abertura comercial, assim como o papel que caberá a cada aliado na divisão das reservas de mercado.

Em última instância, o acordo não deteve as tendências bélicas, embora mude sua projeção estratégica sobre o terreno regional e as vias de sua realização. Deixou desobstruído o caminho dos choques entre os Estados Unidos e a China na África e Ásia pelo controle das rotas marítimas dos oceanos Índico e Pacífico. Os Estados Unidos pretendem apertar o cerco sobre a China e lhe impor, pela força, uma fronteira comercial delimitada, assim como delimitar sua cota na expansão no comércio mundial. Por que então a China assinou o acordo? Seguramente, porque precisa evitar, pelo menos por en-

quanto, um conflito que a envolva mais diretamente com os Estados Unidos, sem antes assegurar uma reserva de matérias-primas e recursos naturais que lhe garantam seu abastecimento e fortaleçam suas posições na região.

O nacionalismo burguês teocrático se curva ao imperialismo

O regime iraniano foi obrigado a se render não só devido uma possível intervenção militar imperialista, mas também pelo temor de que a crise provoque a irrupção revolucionária das massas esfomeadas. As condições foram estabelecidas pelo brutal bloqueio econômico que sufocou sua economia e isolou seu regime, mas também potencializou as contradições sociais com inusitada violência. Os atuais 3,5 milhões de iranianos desempregados chegariam a ser 8,5 milhões nos próximos anos, segundo o ministro de economia do país. A inflação continuaria subindo, devorando os salários. A indústria ficaria reduzida a sua mínima expressão. A defesa militar do regime provocaria, certamente, a pauperização da nação. Um verdadeiro barril de pólvora que poderia estimular a guerra civil contra a casta que comanda o Estado.

Foi esse o receio que moveu Rohani a impulsionar algumas reformas e modificar os rumos da política exterior do País. Do outro extremo, Obama fechou o círculo. Não se cansou de afirmar nos últimos meses que não desejava “mudar o regime” iraniano e que respeitava seu direito de “*acesso à energia nuclear para fins pacíficos*”. Estavam assim formulados os termos do acordo para deter uma crise revolucionária.

A “vitória diplomática iraniana” é na verdade uma capitulação. É nesse sentido que devem compreender-se as palavras do ministro de relações exteriores, Mohammad Javad Zarif, ao afirmar que o acordo é uma “*oportunidade para acabar com uma crise desnecessária e para abrir novos horizontes baseados no respeito e nos direitos do povo iraniano*”. Direitos estes que estarão submetidos aos desígnios do imperialismo.

O regime que havia rompido relações com o imperialismo desde a revolução islâmica de 1979 e proclamado o desenvolvimento nacional independente, aceita finalmente se render. O nacionalismo burguês demonstra que, além de sua forma política, étnica ou religiosa, é historicamente incapaz de sustentar a soberania e independência nacional diante do imperialismo. A renúncia a desenvolver um projeto nuclear independente da ingerência externa e soberano perante as potências, empurra o nacionalismo burguês islâmico radicalizado para a impotência histórica. E coloca nas mãos do proletariado e dos oprimidos do Oriente Médio a vital tarefa nacional e democrática de independência perante a opressão imperialista.

Conclusões

O acordo, longe de representar um freio às tendências bélicas as coloca num novo patamar. O imperialismo norte-americano se liberta – temporariamente – de se comprometer no Oriente Médio para concentrar-se na Ásia e no Pacífico. A isto se somam os conflitos internos gerados pela sua crise econômica, limitando sua capacidade de manobras militaristas em múltiplos cenários bélicos. E também a crescente recusa da população britânica e francesa em avalizar as aventuras militares de seus governos, verdadeiras pontas de lança do imperialismo ianque no norte da África e Oriente Médio.

As tendências bélicas podem, desse modo, continuar traçando os rumos da bancarrota capitalista ao não encontrar oposição organizada dos explorados e oprimidos do mundo, órfãos como estão de sua direção revolucionária mundial. As correntes nacionalistas burguesas e pequeno-burguesas radicalizadas continuarão usurpando suas reivindicações nacionais e aprofundando suas derrotas pela via de ditaduras mais ou menos pró-imperialistas e os massacres bélicas.

A constituição dos partidos marxistas-leninistas-trotskistas nos países do Oriente Médio é a única via histórica capaz de canalizar a revolta das massas e emancipar as nações oprimidas com a estratégia da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio.